

RITA DE CÂSSIA SOARES MACHADO

“ANÁLISE DA CASA DO CAMINHO”

Faculdade de Ciências e Letras de Assis

RITA DE CÁSSIA SOARES MACHADO

“ANÁLISE DA CASA DO CAMINHO”

Dissertação apresentada à Universidade Estadual Paulista (Faculdade de Ciências e Letras), Campus de Assis, para a obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Orientadora: Dr^a. Maria Regina Ribeiro Salotti

ASSIS

2003

RITA DE CÁSSIA SOARES MACHADO

“ANÁLISE DA CASA DO CAMINHO”

Comissão Julgadora

Dissertação para obtenção do título de Mestre

Presidente e Orientadora:.....

2º Examinador.....

3º Examinador.....

4º Examinador.....

5º Examinador.....

Assis, de de 2003

DADOS CURRICULARES

RITA DE CÁSSIA SOARES MACHADO

Nascimento 1.1.1974 – Londrina/Pr.

Filiação - Josias de Araújo Machado

Ivette Toledo Soares Machado

1992/1996 - Curso de Graduação em Psicologia

Universidade Estadual de Londrina

1998/2003 - Curso de Pós-Graduação em Psicologia, nível de Mestrado, na Universidade

Estadual Paulista (Faculdade de Ciências e Letras), campus de Assis.

A minha filha, Vitória, cujo nome sempre me deu força nas horas de cansaço, para que eu não esmorecesse nesta árdua tarefa.

Ao meu marido, Fábio, que sempre se mostrou companheiro e disposto a ajudar nas horas em que precisei.

Ao meu pai Josias, já falecido, que iluminou toda a minha infância com sua bondade infinita.

A minha mãe, Ivette, e aos meus irmãos Vítor Hugo, Carlos Henrique e, sobretudo, ao Lúcio Mauro que sempre foi um modelo de vida para mim e que, infelizmente, partiu, deixando meu coração dolorido de tanta saudade.

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho só foi possível graças à colaboração direta ou indireta de muitas pessoas. Manifesto minha gratidão a todas elas e de forma especial:

a Deus por estar viva e pelos dons que me tornam capazes de concluir minhas metas: “Tudo posso Naquele que me fortalece”;

a minha mãe, pelo seu apoio constante e, principalmente, por seu amor;

a minha orientadora, Dr^a Maria Regina Ribeiro Salotti, pela paciência, compreensão e por ter me apresentado a caminhos tão diferentes nesta busca do conhecimento;

à professora Dr^a. Sônia Aparecida Moreira França, por conceder-me a honra de ser aprendiz de seus pensamentos grandiosos;

às crianças e jovens que passaram pela Casa do Caminho e também aos funcionários e responsáveis pela Casa, pelo apoio, confiança e amizade a mim dedicados;

ao professor e amigo, Dr. Paulo Roberto Carvalho por ter me conduzido até o mundo das crianças abandonadas, pelo qual eu me apaixonei, e sobretudo, por ter me incentivado a dar início a esta pesquisa.

“... A gente quer ter voz ativa, no nosso destino mandar, mas eis que chega a Roda – Viva e carrega o destino prá lá...”

(Chico Buarque)

RESUMO

Esta pesquisa olha para a infância como um sujeito em suas múltiplas imagens e representações constituídas em diferentes épocas. E, da mesma forma, analisa a história do nascimento das instituições assistenciais, as práticas, saberes e poderes que as constituem. Este enfoque, remete ao fato de que o surgimento das instituições de assistência às crianças e jovens abandonados caminha simultaneamente com as inúmeras medidas de cuidados e preservação da infância. Tal embasamento teórico norteou toda esta pesquisa, ao ponto em que o olhar sobre o abandono infantil e suas formas de atendimento, perpassou os séculos passados e foi deslocando-se até o contexto atual. Tudo isso aconteceu com o intuito de se resgatar a pluralidade de sentidos que inscreveram a história da Casa do Caminho, instituição de atendimento infantil, objeto deste estudo, situada em Londrina no estado do Paraná. Os resultados mostraram que a Casa já é um efeito das práticas disciplinares da Sociedade Moderna, Sociedade esta, que, através da sua política de desigualdades, facilita os processos de exclusão, ao mesmo tempo em que cria espaços de atendimento aos considerados errantes. Sendo assim, as crianças e jovens excluídos pelo sistema, são objetos do poder institucional que faz uso dos seguintes mecanismos disciplinares para controle de seus corpos: a organização do tempo, do espaço, a observação de cada gesto, palavra, ou, olhar. Esses sujeitos são aqueles sobre os quais o poder assistencial está autorizado a se exercer, com o objetivo de torná-los disciplinados e produtivos. Deste modo, a Casa do Caminho, é, enquanto instituição, objeto e sujeito das relações que estabeleceu em seu projeto histórico. Concomitantemente, as crianças e jovens que ali vivem, foram constituídos no desdobramento das tramas históricas que lhes deram identidade.

Palavras-chave: abandono infantil, história, instituições assistenciais, práticas disciplinares.

ABSTRACT

This work takes childhood as an individual in its multiple images and meanings built up in different phases. And in the same way, it analyses the history of how guidance institutions started, their practice, knowledge and also the power that make them. This focus leads to the fact that the emergence of the institutions for the abandoned children and youth move simultaneously with ways of care and childhood conservation. This theory led to the conclusion of this work, so as to the way we see child abandonment and how it is treated, through the past centuries and the present time. All these things happened with the intention of bringing back the plurality of reasons which built the history of Casa do Caminho, childhood institution in Londrina, Paraná and the corpus of this work. The results pointed out that this institution is already an effect of the regiment of modern society. This society through inequalities makes the exclusion processes easier and at the same time work up ways of treating those considered wrong doers. Thus, the children and youth that are excluded by the system are objects of the institutional power that uses skilled mechanisms to control their bodies, such as time and space management, the observation of each gesture, work or way of looking. These individuals are those over whom the assistencial power is licensed to be practised, with the aim of being self-controlled and obedient. This way the Casa do Caminho is an institution, object and subject of the relations which established in its historical project. And the young children who live there are built through out the history events that gave them their identity.

Key- words Childhood abandonment, history, guidance institutions, disciplinary practice.

SUMÁRIO

I INTRODUÇÃO.....	10
1 O Objeto de Estudo: primeira aproximação.....	10
2 A Roda do Tempo.....	12
3 A Política Higienista.....	19
4 As Práticas Disciplinares.....	28
5 O Abandono Infantil e as Instituições no Contexto Brasileiro.....	33
6 Abrigo: Uma Nova Página na História das Instituições Assistenciais.....	44
7 A Casa do Caminho.....	55
7.1 Fundação e Princípios Morais	55
7.2 Espaço Físico:Uma História de Assistência à Infância Desamparada	65
7.3 A Trajetória da Exclusão Infantil e o Papel Social da Casa do Caminho	76
7.4 A Casa do Caminho: Dispositivos de Atendimento	81
7.5 Pedras no Caminho	86
7.6 Casa do Caminho: Na Mira de um Olhar	91
7.7 A Nova Política de Gestão de Corpos da Casa do Caminho	92
7.8 Dossiês: A Individualidade num Campo Documentário	98
II CONSIDERAÇÕES FINAIS	108
III REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	113

I INTRODUÇÃO

1 O Objeto de Estudo: primeira aproximação

O objetivo deste trabalho é analisar o funcionamento de uma instituição, a Casa do Caminho, que presta assistência a crianças e jovens abandonados.

Falar sobre instituições infantis e a respeito de crianças e adolescentes abandonados, pode não ser um tema novo, inédito, mas nem por isso, menos rico e interessante que não mereça ser abordado.

Tais instituições surgem em um contexto de grandes disparidades sociais (que prevalecem), tendo como intuito inicial o de dar “guarida”, ou então de servir como depositário de crianças abandonadas. Na maioria das vezes, estas crianças são encontradas nas ruas, pedindo esmolas, roubando, usando substâncias tóxicas ou se prostituindo.

Entretanto é preciso desconfiar das interpretações que demandam o surgimento das instituições de cuidado à infância em relação de causalidade com a existência de crianças abandonadas. Longe de se constituir como um solo originário para a fundação das instituições, o abandono infantil é igualmente um efeito das práticas sociais que engendram domínios de saber e de poder, construídos historicamente.

Pode-se pensar que a criação destas instituições caminha *pari passu* com as múltiplas medidas de cuidados e preservação da infância, medidas estas conhecidas como dispositivos estratégicos que sustentaram e foram sustentados pela política de normatização dos corpos e que produziram, mapearam e tentaram disciplinar a prática do abandono infantil, moldando, desta forma, a identidade: criança abandonada.

Deste modo, analisar a Casa do Caminho (responsável pelo cuidado de infantes e púberes), significa compreender os processos históricos e sociais que constituem o campo do saber e de poder relativos à infância abandonada. Significa, também, problematizar os procedimentos que a instituição utiliza para produzir um campo de subjetivação, no qual os sujeitos institucionais irão se perceber, se relacionar, falar de si mesmos e do mundo.

Pesquisar esta instituição, significou compreender qual a sua política e os procedimentos por ela adotados para adestrar os corpos que ali se encontram e, finalmente, que conjunto de técnicas, saberes, descrições, receitas e dados ela coloca em uso para a formação desses corpos?

Visto desta forma, este estudo visa problematizar o nascimento da Casa do Caminho, na cidade de Londrina, localizando as forças históricas que impulsionaram o aparecimento desta instituição, bem como os seus desdobramentos políticos no que se refere ao modo de compreensão da infância abandonada, visto pela ótica da comunidade.

Este trabalho teve início a partir de um estudo teórico sobre como a figura da criança abandonada foi, ao longo da história, ganhando visibilidade e, simultaneamente, constituindo, estratégias de cuidado. Em seguida, fez-se necessário uma análise das proposições filosóficas, morais e filantrópicas presentes no nascimento desta instituição assistencial. Este acontecimento implica numa primeira organização do trabalho, objeto de estudo desta pesquisa, qual seja: a leitura do estatuto e regimento da Casa do Caminho, a leitura e pesquisa de jornais que fizeram alguma menção sobre este local de 1981 até 1996, bem como, encontros com a assistente social e funcionários desta instituição, seguidos de entrevistas com os fundadores da Casa do Caminho e com as funcionárias mais antigas desta entidade culminando com a análise dos prontuários das crianças e jovens que se encontram na Casa até os dias de hoje.

2 A Roda do Tempo

O ato de abandonar bebês é um fato que vem ocorrendo há muito tempo. Por esta razão, o conhecimento das práticas de abandono infantil em diferentes momentos da história poderá dar visibilidade na compreensão de como se desenvolveram as formas assistenciais de proteção à infância ao longo dos anos. Tais formas assistenciais tiveram início no Velho Mundo e, depois, foram estabelecidas no Brasil já em sua colonização.

A história da infância abandonada brasileira possui suas raízes entranhadas no modelo europeu, sendo assim, torna-se difícil contextualizar o abandono de crianças e jovens no Brasil, sem fazer menção aos costumes da sociedade européia ligados a esta mesma prática. Isto se deve ao fato de o Brasil sempre ter tido um forte vínculo de dependência cultural em relação à Europa, considerando-se o hábito secular de se impor as idéias do Velho Mundo aos povos por ele colonizados. Em se tratando de abandono infantil, esta dependência não poderia ser diferente também em nosso país.

Nas grandes civilizações ocidentais da Antigüidade, têm-se notícia de vários casos de crianças abandonadas. A civilização que mais se destaca quanto a este aspecto é a grega. Sabe-se que na Grécia clássica:

“... o poder do pai sobre os filhos era absoluto. Era-lhe permitido matar, vender ou expor os filhos recém-nascidos. A deformidade da criança, ou a pobreza da família bastavam para que a justiça doméstica decretasse sua morte ou seu abandono. O aborto era legítimo e o infanticídio admitido.” (MARCÍLIO, 1998, p.23).

De acordo com Ariès (1995), os romanos também tinham o costume de rejeitar seus filhos, deixando-os na sarjeta; para eles, isto era visto de forma natural, pois fazia parte de seu mundo. Isto se comprova desde o início de Roma cujos fundadores, segundo Marcílio:

“(...) foram os gêmeos Rômulo e Remo, filhos do deus Marte, abandonados por seu tio à beira do Tibre, salvos e amamentados por uma loba, até que um pastor os encontrou e os levou para casa, onde foram criados como filhos.” (1998, p. 24)

Na Roma antiga, uma criança podia ser abandonada, ou não, de acordo com a vontade de seu pai, denominada de *Patrio Potestas*. Segundo esta vontade, o chefe da família era quem determinava o destino do recém-nascido. Quando um pai tomava seu filho nos braços e o erguia, significava que o futuro desta criança estava “garantido”. Se, porém, acontecesse o contrário, tal criança seria deixada na rua, a sua mercê.

Além do costume de abandonar as crianças indesejadas, verifica-se que o infanticídio era, igualmente, outra prática comum tanto entre romanos, como entre os gregos da Antiguidade. Percebe-se, ainda, que tudo isso acontecia por motivos diversos: em casos de pobreza da família, os pais se livravam de seus filhos por não terem condições de criá-los. Já os ricos abandonavam suas crianças por duvidarem da fidelidade de suas esposas, ou, então, por terem feito a divisão dos bens entre os herdeiros existentes, não sobrando espaço para mais nenhum filho dentro da família.

Como todas estas práticas eram comuns, verifica-se que o número de crianças mortas, ou deixadas na rua, aumentava a cada dia. Para tentar diminuir a exorbitância desses números, os romanos (assim como os gregos) passaram a criar algumas leis que proibiam tanto o infanticídio, como a venda ou o abandono de crianças saudáveis. Tais situações somente seriam aceitas quando praticadas em casos de bebês defeituosos. Estas leis chegavam até a vigorar por algum tempo, mas logo caíam no esquecimento.

Houve, entretanto, conforme relata Marcílio (1998), uma lei dentre elas, que vale a pena destacar, ocorrida em Roma, aproximadamente no século IV, que se notabilizou por regularizar o sistema de adoção. Este sistema tornou-se uma alternativa bastante propícia às famílias que não possuíam filhos e estavam prestes a desaparecer. Na realidade, havia muitos interesses por detrás de uma adoção. Conforme foi visto anteriormente, na Roma antiga, ter um filho nem sempre provinha do desejo primordial de cuidar de uma criança e, sobretudo, dar-lhe amor. Isto não fazia parte do pensamento da época. Quando um casal tinha

filhos isto era visto apenas como uma forma de salvaguardar o nome da família, defendendo, assim, os seus interesses políticos e econômicos.

Verifica-se, desta maneira, que no Império Romano, as alternativas para as crianças enjeitadas eram: ser entregues à adoção, ou permanecer ao relento, sozinhas, à espera da morte, ou, de alguém que porventura as quisesse.

Marcílio (1998), comenta ainda que, somente a partir do século V (caracterizado pela queda do Império Romano), a Igreja resolveu tomar a dianteira nesta situação, encarregando-se do destino dos pequenos enjeitados. Tal fato vem de encontro ao pensamento da época (assistência caritativa), em que um verdadeiro cristão deveria entregar-se às obras de caridade para obter a salvação de sua alma. Quando o principal motivo do abandono infantil era proveniente da situação miserável em que algumas famílias viviam, a Igreja perdoava esses pais, recolhendo e abrigando suas crianças. Neste período de assistência caritativa, todos os que quisessem salvar sua alma e garantir um lugar no céu, deveriam ser solidários para com o próximo menos favorecido.

Com o intuito de abrigar os miseráveis, fossem eles: crianças ou adultos, é que foram criados, através da iniciativa de bispos e pessoas da comunidade, os hospitais. Como o próprio nome o diz, hospital, proveniente do latim *hospitale*, era uma instituição onde se ofereciam diferentes tipos de assistência, desde a enfermagem até o abrigo aos necessitados. Nesses hospitais, os bebês, os adultos e os enfermos coabitavam o mesmo ambiente.

Durante os séculos V a X, a Igreja tornou-se a principal depositária dos bebês abandonados. Sendo assim, algumas dessas crianças, as mais privilegiadas, tinham como destino certo serem adotadas por famílias ricas, enquanto outras, o de serem criadas por famílias humildes. Já as menos favorecidas eram vendidas como servas ou escravas. Muitas vezes, de acordo com Marcílio (1998), tais crianças desvalidas eram encaminhadas para a

oblata (instituição monástica) para servir a Deus. Nesse caso, entretanto, deve-se fazer a seguinte ressalva: além das crianças enjeitadas, chegavam igualmente à *oblata* crianças de diversas classes sociais. Como foi visto, anteriormente, na época da assistência caritativa, a toda pessoa que realizasse obras de caridade era prometida felicidade eterna.

A *oblata* também era praticada por pais de classe média que abriam mão de seus filhos para oferecê-los a Deus. Além dos propalados propósitos divinos, na verdade, muitos pais se utilizavam da *oblata*, também como forma de controlar sua herança, uma vez que o filho oferecido à *oblação* fazia votos de pobreza, de obediência e castidade.

Após a Igreja resolver tomar a si o encargo de cuidar dos pequeninos enjeitados, houve, aproximadamente entre os séculos VII e XII, uma violenta explosão demográfica, provocando, de repente, um aumento assustador de crianças abandonadas. A Igreja viu-se, desta maneira, diante da clara percepção de que os hospitais e as oblatas destinados aos cuidados das mesmas tornaram-se insuficientes, havendo, assim, a necessidade premente de se tomar novas providências.

A partir do século XI, segundo Marcílio (1998) começam a surgir as obras de misericórdia, em que pessoas de classes sociais mais abastadas (nobres) passam a financiar hospitais e outras obras de caridade em prol dos necessitados. É neste contexto que vai se delineando o movimento de caridade pública, no qual a responsabilidade pela assistência passa a ser assumida, igualmente, pelas autoridades locais.

Durante alguns séculos a Igreja foi responsável pela criação de várias obras de caridade, tais como os hospitais e as hotelarias monásticas (localizadas nas estradas) com o intuito de atender aos necessitados provenientes do campo, as oblatas, dentre outros. Entretanto, este papel caritativo inicialmente monopolizado pela Igreja começa a se modificar, pois, da mesma forma, a sociedade passa a sofrer transformações (numa tentativa de reconstituir os territórios invadidos pelos bárbaros). Uma das transformações sociais mais

significativas, pode-se dizer que foi a migração das pessoas do campo para as cidades. Com o aumento assustador da população citadina surgem vários problemas como: proliferação de epidemias (conhecidas como doenças de carência), número exorbitante de pessoas sem um teto para morar e, conseqüentemente, altos índices de abandono infantil. Era o caos invadindo, enquanto a Europa e as instituições monásticas não davam conta de tamanha demanda de necessitados.

Percebe-se, então, que as obras de caridade precisavam ser renovadas; sendo assim, aproximadamente no fim do século XII, os municípios e a sociedade em geral passam a assumir, juntamente com a Igreja, os cuidados relacionados aos pobres, doentes e desvalidos.

“O número crescente de pobres, de pessoas incapazes de assegurar por si mesmas sua existência material, pôs em dura prova a doutrina tradicional de beneficência e de assistência aos pobres. As formas existentes, ou seja, as instituições eclesíásticas, mostraram-se totalmente despreparadas, enquanto a proteção dos deserdados continuou sendo uma das principais missões temporais da Igreja. As iniciativas caritativas se multiplicam, a partir de então, fora da Igreja, encorajadas pelos predicadores: a caridade torna-se uma das virtudes mais louváveis.” (GEREMEK, BRONISLAW, 1976, p. 189. In MARCÍLIO, 1998, p. 41-2).

No instante em que a sociedade passou a assumir uma função caritativa, teve que se transformar e se adaptar a esta nova realidade. A Igreja, do mesmo modo, mediante os clamores sociais por mudanças drásticas, teve que fazer alterações em seu aspecto estrutural e em sua organização. Desta forma, coube ao catolicismo europeu criar normas e, neste sentido, controlar cada aspecto da moral familiar e da sexualidade da população.

Para a Igreja, era preciso sanar com urgência o número exorbitante de crianças oriundas de relacionamentos extra-conjugais que acabavam, mais tarde, sendo enjeitadas. Tudo isto acontecia em uma época já crítica de explosão demográfica, migração de famílias do campo para as cidades e elevada taxa de mortalidade infantil. Com o interesse de controlar esta situação, a Igreja, apoiada pelo Estado, segundo relata Marcílio (1998), passou

a instituir a indissolubilidade, monogamia e *locus unico* para a multiplicação da espécie como condições primordiais para a realização do sacramento do matrimônio. Pode-se dizer que tais condições serviram para agravar ainda mais a rejeição destinada aos bastardos que passaram a ser, desta forma, estigmatizados. Esta tentativa de controle familiar foi, de certo modo, em vão, pois não conseguiu diminuir os altos índices de abandono.

Marcílio (1998), acresce, ainda, que nesta época, a adoção anteriormente praticada durante a Idade Média, não foi mais permitida pelas autoridades religiosas e estatais. Tal proibição vinha de encontro ao novo costume da época que era o de destinar os bens familiares às obras de caridade, nos casos em que as famílias não tivessem para quem deixá-los. Convém ressaltar que esta proibição perdurou durante sete séculos.

A piedade e caridade para que pudessem ser exercidas, preconizavam a criação de instituições para abrigar os pobres e desamparados. Essa prática vai propiciar uma maior visibilidade a essa população. Como observa Marcílio,

“Os asilos para as crianças abandonadas, para os velhos, para os órfãos, ou para os pobres; os albergues para os andarilhos; os hospitais para os doentes; os recolhimentos para as viúvas e as mulheres sós; e os isolamentos para os leprosos foram surgindo por toda a parte.” (1998, p. 50).

Papa Inocêncio III foi o responsável, no início do século XIII (em 1203), por uma reviravolta nos moldes assistenciais destinados à infância desvalida. Perplexo, após presenciar o recolhimento de inúmeros bebês afogados no rio Tibre, este Papa resolveu designar o hospital de Santo Espírito in Saxia para receber as crianças. No muro lateral desta instituição, foi instalado um cilindro rotatório, denominado Roda, que tinha como finalidade principal receber os bebês rejeitados, de forma a preservar o anonimato dos pais ou da pessoa que os estivessem expondo. É Donzelot que complementa o significado deste dispositivo:

“Trata-se de um cilindro cuja superfície lateral é aberta em um dos lados e que gira em torno do eixo da altura. O lado fechado fica voltado para a rua. Uma campainha exterior é colocada nas proximidades. Se uma mulher deseja expor um recém-

nascido, ela avisa a pessoa de plantão, acionando a campainha. Imediatamente, o cilindro, girando em torno de si mesmo, apresenta para fora o seu lado aberto, recebe o recém-nascido e, continuando o movimento, leva-o para o interior do hospício. Dessa forma, o doador não é visto por nenhum servente da casa. E esse é o objetivo: romper, sem alarde e sem escândalo, o vínculo de origem desses produtos de alianças não desejáveis, depurar as relações sociais das progenitoras não conformes à lei familiar, às suas ambições, à sua reputação.” (1986, p. 30).

A primeira preocupação dos hospitais em relação à criança encontrada na Roda era seu batismo. Após ser batizada, ela era encaminhada para um quarto comunitário, onde convivia com adultos doentes, prostitutas, leprosos. Apesar dos altos índices de mortalidade infantil existentes nestes locais e das condições precárias em que as crianças ali viviam, o mecanismo das Rodas perdurou até o século XIX.

Os administradores hospitalares, diante dos números cada vez maiores de crianças que entravam nas Rodas e acabavam falecendo, resolveram criar, em vista disto, diversas alternativas numa tentativa de diminuir estes números. Uma dessas alternativas foi implementar uma outra forma de assistência à criança exposta: a ama-de-leite mercenária.

Quem eram as amas mercenárias? Geralmente mulheres do povo, simples e pobres. Elas cuidavam das crianças que lhes eram entregues nas mesmas condições precárias com que cuidavam de seus filhos. Os bebês eram retirados dos hospitais e levados às casas dessas camponesas que recebiam em troca dos cuidados, um estipêndio. Este estipêndio era destinado à nutriz até que a criança completasse sete anos de idade. Ultrapassada esta idade, presumia-se que os expostos pudessem iniciar um trabalho na qualidade de aprendiz, se fossem meninos. Se fossem meninas, seriam treinadas e destinadas à vida matrimonial.

Marcílio (1998), afirma, no entanto, que, as crianças expostas, raramente, chegavam aos sete anos, quando entregues aos cuidados de uma nutriz, pois, na sua maioria, acabavam vítimas dos maus tratos recebidos, vindo a falecer. As crianças que resistiam aos maus-tratos, fugiam. É por isto que:

“Fugas de crianças das famílias das amas, maus-tratos, má nutrição, ou imposição de trabalhos muito pesados chegavam ao conhecimento da administração das casas dos expostos por meio de denúncias, dando uma idéia da situação de extrema degradação em que os expostos eram obrigados a viver.” (MARCÍLIO, 1998, p. 67)

Verifica-se, enfim, que as crianças não eram denominadas expostas somente quando deixadas nas Rodas, mas por estarem constantemente expostas a várias situações de dificuldades e sofrimentos. A forma como essas crianças abandonadas eram tratadas, somente começa a ser repensada e revista a partir do movimento higienista, pois, antes disso, tudo era considerado normal, já que não havia um sentimento de proteção ligado à infância.

3 A Política Higienista

Contra a elevada taxa de mortalidade infantil citada anteriormente, surge na Europa, a partir do século XVIII, inúmeros tratados sobre a saúde e preservação das crianças.

O que se instala, nesta época, segundo Donzelot,

“... é uma reorganização dos comportamentos educativos em torno de dois pólos bem distintos... (...) O primeiro, tem por eixo a difusão da medicina doméstica... (...) O segundo, poderia agrupar, sob a etiqueta de “economia social” todas as formas de direção da vida dos pobres com o objetivo de diminuir o custo social de sua reprodução, de obter um número desejável de trabalhadores com um mínimo de gastos públicos, em suma, o que se convencionou chamar de filantropia.” (1986, p. 21-22).

Conforme o pensamento acima, há uma transformação radical nas formas assistenciais relacionadas às crianças enjeitadas, de modo que o exposto passa, então, a ser visto como elemento útil ao progresso nacional.

Na segunda metade do século XVIII, precisamente em 1760, foram criadas teorias que, segundo Marcílio (1998), vieram corroborar o fato acima mencionado, tais como: o fisiocratismo, cuja principal proposta era o aproveitamento das crianças expostas na lida da lavoura, as teorias ilustradas determinando que tais crianças deveriam seguir a carreira militar

e, por fim, o utilitarismo apregoando que os expostos deveriam ser deportados para as colônias conquistadas pela Europa, auxiliando, desta maneira, na povoação destes lugares.

Pode-se observar, assim, que o tema da conservação de crianças passa a ser largamente difundido, a partir do século XVIII, dando ensejo, desta forma, ao aparecimento de medidas higiênicas, visando o cuidado e a preservação de crianças expostas.

Esta forma de pensar vem de encontro, como já foi relatado anteriormente, a uma necessidade política e econômica que começava a aflorar com a formação do Estado Moderno. Sobre este fato Foucault faz o seguinte comentário (In COSTA, 1979, p.50-51):

“... o século XIX assistiu à invasão progressiva do espaço da lei (repressiva e punitiva, característica do Estado medieval e clássico) pela tecnologia da norma. O Estado Moderno procurou implantar seus interesses servindo-se, predominantemente, dos equipamentos de normalização que são sempre inventados para solucionar urgências políticas.”

A tecnologia da norma busca eliminar as condutas inaceitáveis, produzindo e em seu lugar, novas características do corpo, dos sentimentos e das relações sociais. Já que a modernidade é caracterizada pelo advento da era normativa, de uma sociedade disciplinar, o corpo humano passa a ser um produto da atividade social e a constância de alguns traços depende da fidelidade a certas normas.

Donzelot (In COSTA, 1979, p. 51) mostra como a família se enquadra neste contexto político:

“O Estado Moderno, voltado para o desenvolvimento industrial, tinha necessidade de um controle demográfico e político da população adequado àquela finalidade. Esse controle, exercido junto às famílias, buscava disciplinar a prática anárquica da concepção e dos cuidados físicos dos filhos, além de, no caso dos pobres, prevenir as perigosas conseqüências políticas da miséria e do pauperismo. No entanto, não podia lesar as liberdades individuais, sustentáculo da ideologia liberal.”

Houve, desta maneira, uma mudança significativa quanto aos interesses políticos e econômicos do Estado, mudança esta que, conseqüentemente, interferiu no modo

de pensar e de agir da população. Pode-se dizer que a modificação do comportamento familiar era um dos fatores importantes para o desenvolvimento do Estado Moderno.

Na realidade, a higiene familiar foi uma estratégia utilizada pelo governo com o intuito de que as famílias se subordinassem a ele. Isso só seria possível através de um controle minucioso dos hábitos e condutas de cada família, controle esse a ser realizado pelos médicos.

O papel dos higienistas era o de converter os cidadãos aos novos interesses sociais. Para que isso acontecesse, os médicos passaram a freqüentar, assiduamente, as famílias verificando e intervindo em seus costumes. A começar pela modificação de seu espaço físico, separando os quartos das crianças e dos adultos, tornando as casas mais iluminadas e ventiladas, orientando até quanto ao sistema de esgoto da casa.

Percebe-se que a mudança começava pelo ambiente, passando depois pelas vestimentas, culminando, finalmente, nos relacionamentos entre os membros da família.

Tanto a mulher, quanto a criança, passam a ter uma nova visibilidade no Estado Moderno.

A criança passou a ser vista como uma mão-de-obra em potencial que deveria, desde pequenina, ser preservada e treinada para tornar-se produtiva, depois, quando adulta. Quanto à mãe, a ela cabia-lhe o papel de educar seus filhos com o propósito de torná-los adultos de boa índole e, sobretudo, úteis à nação.

Cada criança que falecia era vista como um desperdício, uma pessoa em que o Estado investira e fora descartada sem possibilidades de utilização. Era por este motivo que os médicos higienistas voltavam seus olhos, primeiramente, para os cuidados da infância, pois a criança deixara de ser vista como simples adorno familiar, para transformar-se no futuro da nação.

“... Antes, mulheres e crianças partilhavam o mesmo estatuto de irresponsabilidade. O homem, o pai, concentrava o poder de discernir o certo e o errado, o bom e o mau. Agora, as discriminações começavam a existir. Cada indivíduo deveria apresentar responsabilidades proporcionais ao sexo e a idade.” (COSTA, 1979, p. 138)

Passa a haver, desta forma, um ataque direto aos comportamentos dos pais relacionados à educação de seus filhos, quando aqueles não observavam os mínimos cuidados necessários em relação à própria prole. Para se chegar a esta conclusão, é só retroceder a uma fase anterior ao higienismo, na qual cabia às mães tão somente o papel de gerar a criança e dar-lhe à luz, porque logo após o bebê era entregue aos cuidados de uma nutriz, para que ela se encarregasse inteiramente dele. Comenta-se, no entanto, que a mãe escolhia, quase sempre, como nutriz uma escrava que acabara de dar à luz e cujo filho havia sido levado para a Roda. Em virtude disto, os médicos higienistas passaram a questionar de que modo podia uma mãe cujo filho lhe fora bruscamente usurpado, cuidar de uma outra criança, que não a sua? Em resposta a tal questionamento é que os médicos sanitaristas passaram a agir de forma prática, criticando o posicionamento das famílias abastadas que se utilizavam das serviçais para o desempenho das mais variadas tarefas que lhes eram rigidamente impostas. Toda a atividade relacionada aos cuidados para com as crianças era desenvolvida pela nutriz. Seguindo esta linha de raciocínio, é que a medicina social passa a apontar todos os malefícios que os serviçais proporcionavam às crianças ricas, especialmente as amas com suas atitudes descuidadas e, às vezes, até mesmo pervertidas. Passou a haver, deste modo, o incentivo para que os próprios pais, no caso, as mães tomassem conta de seus filhos e desistissem da intenção de entregá-los às Rodas, ou então, às nutrizas.

É interessante notar que o costume de manter os escravos e utilizá-los nas mais variadas tarefas não era freqüente em toda a Europa, mas somente nos países escravagistas. Portugal era um dos países que possuía esta mentalidade e a passou para suas colônias, como aconteceu no Brasil. Na França, este costume foi condenado, pois os franceses

acreditavam que uma pessoa só era capaz de se dedicar eficazmente ao seu trabalho, quando recebia um salário que a estimulasse a bem desempenhá-lo. Já o escravo, aquele que tinha sua mão-de-obra explorada, só cumpria seus deveres, por temer as punições que adviria, pelo não cumprimento das tarefas impostas.

Ainda no século XVIII, levando-se em conta os fatos já citados, os higienistas começaram a compreender o porquê das altas taxas de mortalidade infantil. Perceberam, então, que as crianças eram suscetíveis aos maus tratos e à falta de higiene, não só quando se encontravam nas Rodas, mas também quando estavam em suas próprias casas com as amas. Nas Rodas, para piorar o quadro, também eram observadas, além da sua má administração, a ganância das amas-de-leite.

Por este motivo, desde o final do século XVIII, a utilização das Rodas passou a ser condenada, porque, além dos desvios fraudulentos descobertos nestas instituições, descobriram também que havia um número demasiado alto de filhos legítimos entre os expostos.

As famílias menos favorecidas expunham seus filhos, não só porque não tinham condições de criá-los, mas também, com o intuito de mais tarde (sem se identificarem) se apresentarem na Roda a fim de recuperar seus filhos, só que no papel de nutrizes. Desta forma, elas receberiam um estipêndio, uma ajuda do Estado, para cuidar de seus próprios filhos. Além do mais, foi constatado que não somente os pobres abandonavam seus filhos, mas entre os ricos, tal atitude, igualmente era comum. Pode-se concluir, que assim tal procedimento acontecia em qualquer família, independentemente da condição sócio-econômica em que esta se encontrava.

Preocupados com tantas crianças deixadas nas Rodas, os sanitaristas e os filantropos esclarecidos foram os responsáveis por uma completa reviravolta nos serviços de admissão das crianças expostas. Tais crianças passaram a ser aceitas sob uma forma de

sistema aberto, (não às escondidas como antes), em que a administração se incumbia de investigar a real situação da família que ali deixara seu bebê. Se tal família tivesse alguma condição financeira, a criança não seria aceita, mas se a família fosse realmente pobre, a própria mãe receberia o salário, antigamente pago às amas-de-leite, dando-lhe assim, condições de cuidar de seu filho.

É nesse contexto que surge, segundo Marcílio (1998), no início do século XIX, o salário-família que, aliado à descoberta da esterilização do leite feita por Louis Pasteur, pôde contribuir para a amamentação feita com leite animal, o que veio melhorar sensivelmente a saúde das crianças. Com todos esses avanços, os serviços das amas-de-leite mercenárias passaram a ser dispensados e este foi um dos mais importantes fatores responsável pelo fechamento das Rodas, cujo desaparecimento definitivo do cenário europeu, se deu no início do século XIX.

Só que as coisas não aconteceram, a partir de então, de maneira tão simples, pois com o fechamento das Rodas todo um aparato foi criado para vigiar e controlar os hábitos familiares. As famílias passaram a sofrer uma influência direta do controle médico-estatal, que passou a ensinar novos hábitos e costumes aos membros da família, segundo os preceitos da pedagogia higienista. E para tanto, foram escritos inúmeros tratados médicos úteis no trabalho de re-educação dos costumes familiares.

Verifica-se que, segundo os preceitos da família higiênica, tanto os pais, como os filhos, deviam re-educar suas vidas para, posteriormente servirem à nação. O antigo *ethos* familiar, onde vigorava o *Patrio Potestas* foi redefinido. Ao invés de todo poder da família estar centralizado nas mãos do pai, ele passou a ser dividido com a mãe, ou melhor, cada pessoa dentro da família tornou-se importante, com um papel bem definido a ser desempenhado. À mãe, caberia educar tanto física, quanto intelectual e moralmente seus filhos, preparando-os para a vida social. Ao pai, a proteção e o sustento material da família.

Anteriormente a essa fase, a criança era vista como um acessório familiar, um mero complemento. O pai só se importava com o filho adulto que iria herdar e aumentar ainda mais sua fortuna.

Mas o olhar em torno das relações familiares modificou-se e elas passaram a ser foco da atenção dos médicos higienistas e do Estado. Sendo assim, todos os malefícios que pudessem prejudicá-la começaram a ser severamente criticados, tais como os concubinatos e, conseqüentemente, o aumento excessivo de filhos ilegítimos. Além desses fatores, de acordo com Costa (1979), foram também questionadas as uniões por conveniência, ou por consangüinidade e os casamentos de homens muito velhos com esposas jovens. Para os higienistas, estas três formas de união eram, via de regra, realizadas sem que os parceiros tivessem real afinidade entre si e isso fazia com que, comumente, os casamentos chegassem ao fim logo nos seus primeiros anos, o que favorecia, muitas vezes, as relações extra-conjugais, bastante comuns na época. Além disso, ainda na visão de Costa (op. cit.), as uniões consangüíneas, ou com grande disparidade etária estavam sujeitas a gerar filhos “defeituosos”, no primeiro caso, ou então dificultar, no segundo, ao homem de mais idade, a aptidão para procriar.

Segundo a medicina social, a maior herança que um casal poderia deixar aos seus filhos era a saúde física, moral e intelectual. Esta nova visão da infância, divulgada por toda a Europa, no final do século XIX, veio, em conseqüência, mudar o conceito de família que passou a ser definida da seguinte forma:

“Na família higiênica, pais e filhos vão aprender a conservar a vida para poder colocá-la a serviço da nação.” (COSTA, 1979, p.173)

Apesar de as mães serem enaltecidas quanto ao seu importante papel na preservação da infância, mesmo assim, os higienistas não mediam esforços para afastar as

crianças temporariamente de seus lares, assim que chegassem à idade escolar. Nesta fase, elas eram levadas aos colégios, lá ficando internadas, até o momento em que seus corpos fossem devidamente adestrados, de acordo com os interesses da nova política vigente.

Junto a esta mudança na estrutura das famílias, concomitantemente, ao seu papel a ser desempenhado, outras modificações ocorreram de igual importância – aos olhos do novo Estado e do higienismo.

A invenção da creche, nesta mesma época, por Firmin Marbeau, veio colaborar com as mães pobres e operárias que, não tendo onde deixar seus filhos para que pudessem trabalhar, acabavam, muitas vezes, abandonando-os. Deste modo, as creches passaram a ser defendidas como locais devidamente preparados, onde as mães poderiam deixar seus filhos, enquanto trabalhavam, prática esta observada até os dias de hoje. Outro fato importante, foi o retorno da prática da adoção de crianças enjeitadas, muito difundida na Idade Média e, logo depois, descartada, por interferência da Igreja, mas que foi retomada na legislação vigente.

Percebe-se que o pensamento de então era o de salvaguardar as crianças a qualquer preço, fosse através da criação de instituições infantis (creches-escolas), ou através da inserção de crianças em famílias que pudessem educá-las. Conforme relatam Veiga e Faria (1999, p.22):

“As instituições serão os espaços promotores da nova civilidade requerida pela e na cidade”, afinal, “... cuidar da infância é cuidar de sua inserção social...”

Todos esses cuidados e preocupações relacionados à preservação da infância, que era a ordem da época, culminaram, em 1924, na Declaração dos Direitos da Criança em Genebra, onde várias leis foram criadas para proteger a infância que passa a ser vista como cidadã.

Nesta retrospectiva, observou-se que um sentimento filial passou a ser criado pelas práticas higienistas e, portanto, trouxe uma nova representação da infância, conforme as necessidades político-estatais da época. Diz-se uma nova representação da infância pelo:

“... fato dos(as) historiadores(as) pesquisarem a criança como sujeito em suas múltiplas imagens e representações constituídas em diferentes tempos.” (VEIGA; FARIA, 1999, p. 22)

No Brasil, o movimento filantrópico, também comumente chamado de higiênico, teve seu início vinculado à vinda da família real para o Rio de Janeiro, a partir do século XVIII. Após a descoberta das minas de ouro na colônia brasileira, os portugueses voltaram a se interessar pelo nosso país. Nesta época, quem detinha o poder na colônia eram: o Estado, as famílias latifundiárias (elite) e a Igreja. Com a chegada da corte, houve uma reviravolta na política, na economia e nos costumes locais. É claro que as famílias elitistas tentaram resistir bravamente ao domínio dos portugueses, pois estavam preocupadas com seus interesses individuais. Em consequência, houve muitas revoltas, lutas e o novo governo colonial, mesmo através de tentativas como policiamento, repressão, emprego da disciplina militar, não conseguia dominar o caos estabelecido.

Diante da ineficácia do governo mediante o tumulto da cidade (Rio de Janeiro) e de sua população, surge a união entre a Medicina e o Estado, onde novas estratégias de disciplina foram criadas e que, por sua vez, também interessavam à elite agrária.

Para Costa (1979, p. 29):

“A noção chave deste acordo foi a salubridade. A questão da salubridade levantada pela Medicina ligou-se, de imediato, ao interesse do país. As epidemias, as febres, os focos de infecção e contágio do ar e da água sempre foram fantasmas para a administração colonial...”

Para que o Brasil se desvinculasse do sistema colonial e se integrasse aos

novos interesses, o Estado Moderno contou com a inserção da medicina social na vida das pessoas. Com a chegada dos portugueses ao Brasil, houve um aumento populacional exorbitante e, por conseqüência, uma grande cobrança da parte dos estrangeiros em relação às novas medidas higiênicas, medidas estas que eles já estavam acostumados em seus países de origem. Deste modo, os médicos começaram a se inserir nas famílias, com o intuito (inicial) de acabar com os surtos epidêmicos e com as altas taxas de mortalidade existentes na região. Deve-se enfatizar que nem todas as famílias sofreram esta intervenção médica, somente as elitistas. De acordo com Jurandir Freire Costa,

“(....) escravos, mendigos, loucos, vagabundos, ciganos, capoeiras, etc. servirão de anti-norma, de casos-limite de infração higiênica. A eles vão ser dedicadas outras políticas médicas”.

(...) “A camada dos “sem-família” vai continuar entregue à polícia, ao recrutamento militar, ou aos espaços de segregação higienizados como prisões e asilos.” (1979, p. 33).

São de grande importância as ressalvas quanto à interferência da medicina social no Brasil, porque apesar de saber que os costumes deste país sempre estiveram intimamente ligados aos de Portugal, não se deve olvidar, no entanto, que existem algumas peculiaridades na história de cada um desses países. Concluindo, verificou-se, porém, que o interesse em se desenvolver adultos higiênicos, robustos e úteis ao Estado, foi basicamente o mesmo, tanto lá, como aqui.

4 As Práticas Disciplinares

Levando-se em consideração o que já foi dito anteriormente, no final do século XVIII e durante o século XIX, foram elaboradas (pelos médicos higienistas) inúmeras cartilhas e tratados com o intuito de ensinar aos pais como cuidar de si mesmos e, também, de

seus filhos. Pode-se dizer que esta pedagogia, denominada higienista, estava fundamentada em uma política de normatização dos corpos e em práticas disciplinares, como foi dito anteriormente.

A norma é laica, produtora de objetividade e técnicas de objetivação. Já a disciplina fabrica indivíduos, é uma técnica de poder que toma as pessoas como objeto e instrumento de seu exercício. Pode-se dizer que a política normativa forja um modo de viver, produzindo novas formas de saber nos especialistas e também novas relações de poder. Passa, deste modo, a veicular modos de produção da subjetividade moldada aos novos interesses políticos e econômicos do Estado, produzindo uma forma de homem, visando atender às exigências que estavam eclodindo junto ao surgimento do Estado Moderno (capitalista).

Donzelot observa que

(...) “O Estado Moderno, voltado para o desenvolvimento industrial, tinha necessidade de um controle demográfico e político da população adequado àquela finalidade. Esse controle, exercido junto às famílias, buscava disciplinar a prática anárquica da concepção e dos cuidados físicos dos filhos, além de, no caso dos pobres, prevenir as perigosas conseqüências políticas da miséria e do pauperismo.” (In. COSTA, 1979, p. 51).

A educação higienista visava à formação de indivíduos robustos, inteligentes, saudáveis e, ainda, com a capacidade de auto-controle, tanto emocional, quanto sexual. Para que isso acontecesse, a educação higienista contava com a intervenção exaustiva e constante dos agentes normatizadores. A função desses agentes, baseada em um modelo de homem competente, eficaz e útil era: extinguir algumas características inaceitáveis presentes nas pessoas (como ociosidade, por exemplo), para que, em sua relação com o mundo, elas não conseguissem contaminar os demais com sua degradação física e moral. Tal contaminação era vista como uma possível ameaça ao Estado, portanto, para erradicar tais focos de degradação é que a medicina entra com os instrumentos da disciplina (vigilância hierárquica, sanção normalizadora e o exame) com o objetivo de disciplinar os corpos. Para tanto, o primeiro

espaço a ser trabalhado e controlado é o espaço familiar, através de uma nova representação da infância e, por sua vez, dos cuidados necessários em relação à mesma.

Vários processos esparsos deram origem a esta nova anatomia política denominada Disciplinar, que não foi uma descoberta repentina, proveniente de um único caso isolado, mas sim, de uma multiplicidade de processos. Walhausen (in FOUCAULT, 1987) já mencionava, desde o início do século XVII, a “correta disciplina”, como a arte do “bom adestramento”.

As disciplinas podem ser definidas como um conjunto de práticas da norma, cujo papel é de neutralizar perigos, fixar populações inúteis e fazer crescer a utilidade dos indivíduos, visando os corpos como objetos de adestramento. Segundo este conceito, aos olhos do Estado, qualquer instituição que se torna sensível a utilizar o esquema disciplinar, põe-se a serviço do bem, de produções socialmente úteis.

Não se deve dizer, no entanto, que esta prática seja vinculada a uma determinada espécie de instituição, pois na verdade é uma prática de saber e de poder que utiliza uma tecnologia de sujeição própria, denominada por Foucault de “física”, ou “anatomia” do poder. Esta tecnologia é constituinte de qualquer instituição que tenha por finalidade controlar, vigiar, ou domesticar os corpos que ali se encontrem.

Ao contrário do que possa parecer num primeiro instante, as técnicas disciplinares não escravizam os corpos das pessoas, mas sim, reinventa-os, transformando-os, de maneira quase imperceptível, de forma que o indivíduo não se sinta dominado, ou coagido com isso. E assim, sem se dar conta, ele acaba se transformando no protótipo idealizado de sujeito higiênico, ou seja, aquele que se submete docilmente sem reagir.

A produção de um saber sobre o corpo é ao mesmo tempo, a ciência de seu funcionamento, o domínio de suas forças e a capacidade de vencê-las. A isto Foucault (1987),

chama de tecnologia política do corpo: cria dispositivos de sujeição dos corpos e de suas forças.

Desta maneira, o domínio do corpo se faz por um princípio de decomposição-recomposição, fabrica corpos, opõe o corpo ao corpo, volta-o contra si mesmo.

A política de normatização dos corpos estava presente em todos os ângulos sociais, pois organizava todas as famílias, controlava as ruas, os prostíbulos, os presídios, as escolas, as igrejas, as creches e orfanatos. Ninguém escapava aos olhos vigilantes da sociedade disciplinar. E, para que isso realmente acontecesse, foi necessária uma grande modificação na arquitetura das instituições, modificação esta, bastante significativa, sobretudo nos séculos XVIII e XIX, considerado o auge do poder normatizador. De acordo com Foucault (1987), em virtude da necessidade constante de vigilância, as instituições foram, fisicamente transformadas de tal modo que todas as pessoas que ali se encontrassem não escapassem aos olhos invisíveis que acompanhavam cada gesto, cada palavra, cada mínimo movimento executado. Tudo isso acontecia de forma que os indivíduos, ali institucionalizados, tivessem consciência de serem observados constantemente.

“O aparelho disciplinar perfeito capacitaria um único olhar tudo ver permanentemente. Um ponto central seria ao mesmo tempo fonte de luz que iluminasse todas as coisas, e lugar de convergência para tudo o que deve ser sabido: olho perfeito a que nada escapa e centro em direção ao qual todos os olhares convergem.” (FOUCAULT, 1987, p. 146)

Segundo Fonseca (1995), a partir do momento em que o sujeito se conscientiza do estado de visibilidade permanente ao qual está submetido, ele passa a agir de acordo com o que esperam dele, ou seja, o operário se força à produção ininterrupta, o aluno, à obediência e aos deveres, o criminoso, ao comportamento exemplar, e o louco, à docilidade.

Além da vigilância hierárquica, instrumento disciplinar citado até agora, observa-se ainda, outros instrumentos igualmente eficazes, tais como: a sanção normalizadora e o exame. Antes de discorrer sobre as demais técnicas disciplinares, vale lembrar que todas

elas agem de forma a fabricar indivíduos.

À sanção normalizadora cabe verificar os comportamentos mais sutis que se referem à forma como o indivíduo se organiza em relação ao tempo: desde ao modo como se comporta, no que diz respeito ao seu corpo e à sexualidade, até mesmo quanto às palavras que pronuncia, observando se elas servem para apaziguar situações de conflito, ou se servem como arma poderosa para criar rebeliões. O que se deseja de um sujeito disciplinado é que ele saiba transitar por todas essas situações, da forma adequada e esperada por aqueles que o vigiam. Os comportamentos vistos como inadequados e que, conseqüentemente, deveriam ser punidos, seriam os gestos indecentes, os discursos profanos, ou, agitadores, os atrasos, a ociosidade, enfim, tudo aquilo que não fosse esperado, ou desejado pela instância que vigia.

Aqui entram as punições disciplinares com o intuito de corrigir desvios, realizando uma adequação de condutas, com a finalidade de torná-las em conformidade com as regras.

Da inter-relação dos instrumentos de vigilância com os da sanção normalizadora, surge o instrumento do exame. O exame serve para registrar o comportamento humano num campo documentário. Após o indivíduo ser constantemente vigiado, todos os seus gestos, hábitos e reações passam a ser avaliados, catalogados como adequados, ou não. Todas essas informações farão parte de um documento que poderá ser analisado e pesquisado, quando houver necessidade. Um exemplo simples desses documentos são os prontuários utilizados em hospitais, clínicas, presídios, orfanatos, dentre outras instituições.

Em suma, o exame faz com que o indivíduo se torne um objeto de estudo, que poderá ser avaliado, comparado, treinado, punido, mensurado etc..

Para que isto tudo seja colocado em prática, as instituições contam com o auxílio de um grande número de técnicos responsáveis pelo controle, vigilância e

domesticação dos corpos. As instituições infantis, como era de se esperar, não lograram escapar deste modelo.

5 O Abandono Infantil e as Instituições no Contexto Brasileiro

A vinda dos jesuítas ao Brasil trouxe consigo várias modificações quanto às atitudes e crenças dos nativos aqui encontrados. A primeira e maior missão dos jesuítas era a de catequizar os índios, pois eles possuíam “almas que ainda não haviam sido educadas”, segundo os preceitos de Jesus Cristo. Portanto, uma das conseqüências desse contato que os indígenas passaram a manter com os brancos, foi que uma cultura diferente passou a ser impressa em suas tribos. Como os índios adultos resistiram bravamente à doutrinação cristã dos jesuítas, estes resolveram, então, mudar o foco de seus interesses para as crianças indígenas, por serem elas menos arraigadas aos seus costumes (“almas menos duras”), sendo, portanto, mais fáceis de lapidar. Desta maneira, entre 1550 e 1553, os jesuítas passaram a rondar as aldeias indígenas, recolhendo as crianças nativas, denominadas de “curumins” ou de “meninos da terra”, com o intuito de catequizá-los. Para este fim, foram construídas as “Casas dos Muchachos”. Nessas casas, custeadas pela Coroa Portuguesa, os pequenos indígenas ficavam afastados de suas famílias, para que não houvesse qualquer possibilidade de serem contaminados por suas crenças antigas. Após serem catequizados, os curumins eram utilizados para várias finalidades: auxiliavam na pregação cristã pelos sertões afora, servindo, também, de intérpretes (meninos da língua) aos desbravadores portugueses que tinham interesse em explorar e ocupar terras brasileiras. Por fim, as “Casas dos Muchachos”, serviam não somente como uma instituição propícia para a catequese dos “meninos da terra”, mas também como o local aonde eram despachados os órfãos e enjeitados de Portugal. Percebe-se que estas Casas foram o primeiro indício de que se tem notícia, no Brasil, da

assistência às crianças enjeitadas.

Tais crianças foram encaminhadas ao Brasil, ficando, pois, o número de jesuítas insuficiente para catequizar e educar todos os pequeninos que aqui havia. Assim sendo, os órfãos seriam primeiramente ensinados e depois utilizados como aprendizes nesta tarefa. Ou seja, os órfãos teriam mais serventia aqui, do que em Portugal, sem contar que as instituições européias estavam abarrotadas de crianças em estado de abandono.

Verifica-se, entretanto, que, por não haver instituições específicas no Brasil para aqueles órfãos, eles eram encaminhados para as casas e colégios utilizados pelos jesuítas para educar tanto os filhos dos colonizadores, como os filhos dos nativos. Assim sendo, os portugueses imprimiram em terras brasileiras vários de seus costumes, dentre eles, o de abandonar crianças e de deixá-las em instituições.

Outro momento histórico importante, que muito auxilia na visibilidade de como as crianças abandonadas eram tratadas no Brasil, aqui aportou juntamente com os navios negreiros. Por mais de trezentos anos, os negros sofreram, calados, toda espécie de injustiça e de maus-tratos que se possa imaginar e o destino das crianças negras não foi diferente. Para Maricondi (1997), o número de pequenos escravos trazidos ao Brasil foi muito grande, não se sabe a quantia exata, sabe-se apenas que eles eram trazidos para uma terra totalmente estranha, tão novos, que nem sequer se lembravam dos nomes de seus pais. Os que aqui nasciam também não chegavam a conhecer sua família, pois normalmente ficavam sob os cuidados de outras negras que não a mãe biológica. Se até os oito anos as crianças, filhas de escravos, não trabalhassem, desta fase em diante (até os doze anos) iriam exercer função de aprendizes, junto aos adultos, nas plantações dos senhores. A Lei-do-Ventre-Livre, em 1870, vem aumentar, ainda mais, o quadro de crianças em estado de abandono. Conforme a pobreza e a miséria se expandiam, também o ato de abandonar os pequenos se propagava e ia se disseminando, cada vez mais, pelas paragens brasileiras.

As crianças, em sua maioria, eram abandonadas no Brasil-Colônia pelos seguintes motivos: quando um dos pais acabava falecendo, ou era acometido por doença grave, ou quando nasciam gêmeos, ou, então, bebês com má-formação (estes se tornavam onerosos para a família). E também quando secava o leite da mãe e esta não tinha condições financeiras de nutrir o filho. Percebe-se que, em sua maioria, tais causas estavam associadas ao fator pobreza e que, muitas das crianças enjeitadas provinham de famílias extremamente pobres e marginalizadas.

Como já foi dito anteriormente, quando os portugueses se apropriaram das terras brasileiras, transformando-as em colônia, aqui impingiram sua cultura em nada condizente com os costumes locais. Esta forma de cultura refere-se, inclusive, aos métodos de proteção à infância desvalida, proteção esta que se iniciou no Brasil sob a forma de assistência caritativa, assim como também ocorreu na Europa.

Na assistência caritativa, os indivíduos que almejavam purificar suas almas e alcançar a salvação, saíam pelas ruas, fazendo atos caridosos como recolher crianças das sarjetas e abrigá-las em suas casas. Somente no século XVIII, é que os hospitais locais passaram a atender também crianças desamparadas, surgindo assim, em nosso país, as Rodas dos Expostos. Havia, porém, toda uma série de critérios adotados pela Coroa Portuguesa antes que qualquer dessas instituições fosse aberta e a Coroa achasse por bem mantê-las. O primeiro desses critérios era investigar a real necessidade de determinada instituição.

Com o surgimento das Rodas no Brasil, o número de crianças abandonadas aumentou. Eram deixadas na Roda: crianças muito doentes, ou mesmo mortas (livrando, assim, os pais das despesas com o funeral e enterro), bem como os filhos bastardos (frutos de relações adúlteras) e até mesmo os filhos de pais que haviam perdido sua fortuna.

Assim como ocorria na Europa, as crianças daqui eram deixadas nas Rodas, sem que ninguém soubesse sua origem, o que facilitava em muito a exposição de crianças.

Logo que o bebê era deixado na Roda, os responsáveis pela instituição se encarregavam de batizá-lo, dando-lhe um nome, ou então um sobrenome. Esta denominação, normalmente, era escolhida pela “rodeira”, pelo padre, ou qualquer funcionário da Roda. Em sua maioria,

(...)... “o nome arbitrado para o exposto da Roda era tomado do calendário católico, do santo do dia, ou adotavam-se os nomes mais usuais da época. Na Roda da Bahia, em 1790, 22% dos meninos receberam o nome de José; 20% de Antônio; 14% de Manuel (...). Entre as meninas, os nomes não variavam muito: foram 36% de Marias; 16% de Ritas; e 3% de Ana, Joaquina ou Rosa...” (MARCÍLIO, 1998 p. 268-269).

Já em relação ao sobrenome das crianças expostas, sabe-se apenas que, na Roda de Salvador, tinha-se o costume de oferecer aos pequeninos o sobrenome do maior benemérito da instituição. Desta forma, todos os que ali entravam tinham, geralmente, o sobrenome de Matos, em homenagem a João Aguiar de Matos. Esta tradição perdurou desde 1726 até 1950, após a entrada do último exposto na Roda. Marcílio (1998), comenta ainda que o sobrenome Matos acabou se tornando um estigma, uma marca de abandono no Estado da Bahia e, que, para fugir desta identidade vinculada ao abandono, muitos expostos ao saírem da Roda, trocavam de nome e de sobrenome.

Como já foi mencionado anteriormente, assim que a criança era deixada na Roda, eram tomadas as devidas providências para que fosse batizada e lhe fossem atribuídos um nome e sobrenome. Além disso, o escrivão dos expostos anotava, em um prontuário, suas características e os pertences que os acompanhavam no ato do abandono.

Pode-se perceber que era comum, então, as mães colocarem junto aos bebês abandonados medalhas de santos ou pequenos objetos de família como terço, anéis, ou então, bilhetes, contando o nome e um pouco da história da criança. Através dessas cartas, ou objetos, é que as mães poderiam reaver, mais tarde, seus filhos expostos, se esta fosse sua intenção.

Após registrar as características da criança, o escrivão a entregava à sua

respectiva ama-de-leite mercenária. Vale a pena ressaltar que, aqui no Brasil, assim como na Europa, era comum observar amas maltratando as crianças que estivessem sob sua incumbência. Algumas delas até passaram a fazer comércio de crianças negras e pardas, colocadas sob seus cuidados. Essas crianças eram comercializadas de várias formas: eram vendidas, trocadas, ou até mesmo ofertadas como presentes.

As crianças que conseguiam sobreviver aos maus-tratos das amas no período de amamentação, eram depois encaminhadas novamente para as Rodas, mas, quando para ali retornavam, defrontavam-se com uma difícil realidade: as Rodas não possuíam infraestrutura para manter crianças sob a forma de internato. Sendo assim, estes pequenos abandonados acabavam sendo novamente encaminhados para outros locais, desta vez, para a aprendizagem de algum ofício. Os meninos ficavam, às vezes, hospedados na casa de um mestre artesão e as meninas eram levadas, via de regra, para casas de família, para ali aprender as atividades domésticas.

No cômputo geral, pouquíssimas crianças retornavam para a Roda após serem criadas pelas amas. Isto acontecia, porque grande parte delas morria em seus primeiros anos de vida, algumas retornavam ao âmbito familiar (eram raros estes casos, mas existiam) e outras sumiam sem deixar notícias. Desta forma, àquelas poucas crianças que sobreviviam, restava apenas se aperfeiçoar, através do aprendizado de alguma função, para que, no futuro, tivessem em que se respaldar, para não ficarem novamente à deriva.

Nesta época, iniciava-se a filantropia científica, fase em que, de acordo com as novas necessidades do Estado, surge uma nova imagem da infância e, portanto, outras práticas de cuidados.

“A infância foi, em diferentes tempos, objeto de estudos de filósofos e de religiosos que, a cada época e em seu contexto específico, lançaram questões a respeito de seu devir, de seu lugar na sociedade, particularmente interessados em uma ação educativa que coibisse comportamentos e atitudes não adequados e que não interessavam à cultura dominante.” (VEIGA; FARIA, 1999 p. 32-33)

A partir de meados do século XVIII, a política higienista passa a vigorar nos costumes, hábitos, formas de pensar e de agir de cada ser humano. Deste modo, os médicos sanitaristas passam a fazer parte das famílias e da sociedade como um todo, com o objetivo de implantar o que Veiga e Faria (1999) denominam de tripé higiênico, cuja principal função era a de formar e educar crianças quanto à higiene corporal, mental, preparando-as para o trabalho. Segundo esta nova forma de pensar, muitas modificações ocorreram no aspecto físico das cidades, das casas, e, sobretudo, no aspecto estrutural e emocional das famílias. Os ambientes familiares que estavam em processo de higienização eram considerados nocivos quanto aos cuidados dos infantes e púberes que ali se encontravam, principalmente pela influência dos negros neste ambiente. Em virtude disto, começou a aumentar o número de colégios internos e de instituições infantis que funcionavam de acordo com os novos regulamentos propostos pela Medicina higienista e pela filantropia científica. Esses estabelecimentos, planejados para educar, disciplinar e, em algumas instituições específicas, também para abrigar crianças abandonadas, possuíam espaços destinados a fins específicos, atividades físicas, intelectuais, ações pedagógicas e moralizadoras direcionadas às características que deveriam ser desenvolvidas. O tempo também deveria ser controlado para evitar as atividades ociosas das crianças e jovens institucionalizados.

Em tais instituições,

(...) “o aluno era identificado (cor, altura, peso, sinais característicos) e argüido sobre sua vida pregressa, sua família, os lugares que freqüentara e as pessoas com quem convivera. Era, ainda, aplicado um “teste”, para saber se era alfabetizado, ou se possuía algum conhecimento, ficando tais dados anotados em seu prontuário. Essas anotações não tinham apenas a função de “informação”, mas, muitas vezes, de classificação do aluno.” (VEIGA; FARIA, 1999, p. 87).

Por meio da disciplina e da vigilância, instrumentos estes que já faziam parte da rotina institucional, buscava-se lapidar as crianças e jovens em sua índole e seu caráter, buscando, assim, uma identidade considerada ideal pelo Estado. Para que isto

acontecesse, essas crianças além de se desenvolverem física, intelectual e moralmente, também desenvolviam habilidades necessárias ao emprego de várias funções. Era todo esse conjunto disciplinar que tornava os menores aptos para, posteriormente, se reintegrarem ao mundo urbano.

Apesar das inúmeras modificações advindas da reforma higienista, as instituições de assistência à infância possuíam, contudo, seus pontos fracos: não havia sistema de esgoto satisfatório, água encanada, além de não possuírem nem vestuário, nem alimentação suficiente e adequada às crianças que ali se encontravam. Além das condições alarmantes em que comumente viviam, ainda estavam sujeitos a severos castigos físicos, embora isso não fizesse parte de nenhum estatuto das instituições de proteção à infância.

Segundo Marcílio (1998), em um asilo de Niterói (sob a direção de Irmãs Vicentinas), havia duas solitárias, assim como as que existem nos presídios. Nelas, os menores indisciplinados eram castigados. Pode-se dizer, então, que as punições severas não só fizeram parte das instituições do passado, mas, ainda hoje, deixam suas marcas estampadas nos corpos de algumas crianças e jovens institucionalizados. Isto pôde ser visto, há poucos anos atrás, em instituições como S.A.M. (Serviço de Assistência ao Menor), FUNABEM (Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor) e, na atualidade, isso ocorre com certa frequência nos prédios da FEBEM (Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor).

Nota-se que apesar dos médicos higienistas terem escolhido a infância como objeto de cuidados especiais, a prática cotidiana era bem contraditória, pois nem todas as pessoas ligadas às crianças estavam totalmente imbuídas pelo sentimento de preservação infantil. Sabendo de todas estas controvérsias é que os médicos buscam mais respaldos, unindo-se a outras especialidades tais como as Ciências Jurídicas e a Pedagogia, entre outras..

Na esteira dessa mesma preocupação, os juristas buscam novos modelos para atuar junto à população infantil em países mais desenvolvidos. Desta união, surge um

movimento que, criticando os modelos de assistência caritativa, não privilegiar o uso de técnicas voltadas para ações pedagógicas e moralizadoras que possam dar conta, de forma científica, das questões ligadas à infância.

A caridade foi, aos poucos, sendo absorvida pelas técnicas da filantropia que atribui a si, como tarefa, ordenar a assistência dentro de novos padrões políticos, econômicos e morais.

Na fase de união das Ciências Jurídicas e da Medicina, surgem outras materialidades para a infância.

(...) “De um lado, o termo “criança” foi empregado para o filho das famílias bem postas. “Menor” tornou-se o discriminativo da infância desfavorecida, delinqüente, carente, abandonada. Do início do século, quando se começou a pensar a infância pobre no Brasil, até hoje, a terminologia mudou. De “santa infância”, “expostos”, “órfãos”, “infância desvalida”, “infância abandonada”, “petizes”, “peraltas”, “menores viciosos”, “infância em perigo moral”, “pobrezinhos sacrificados”, “vadios”, “capoeiras”, passou-se a uma categoria dominante – menor. O termo menor aponta para a despersonalização e remete à esfera do jurídico e, portanto, do público. A infância abandonada, que vivia entre a vadiagem e a gatunice, tornou-se, para os juristas, caso de polícia” (MARCÍLIO, 1998, p. 195).

Observa-se, que os menores abandonados, normalmente, vindos de camadas mais pobres, deveriam ser regenerados, pois, devido a sua trajetória social, eles ofereciam um risco às demais pessoas da sociedade. Para tanto, foram criadas instituições especializadas que se encarregariam de corrigir esses menores, conforme as principais necessidades e medos do Estado Moderno. Denomina-se este fato de gerenciamento ou administração de risco, onde é criada uma rede de atendimento (instituições) responsável pela gestão do risco de corpos perambulando pelas ruas. Conforme apontam Veiga; Faria (1999, p.14-15)

“... A criança desamparada, ou carente, não nos incomoda pelo que ela é, mas pelo adulto que será ou não. O medo dos educadores, dos gestores da cidade, de sua civilização e regulamentação não é dessas crianças, mas do adulto que nelas está germinando. O que orienta os projetos pedagógicos é construir na infância o adulto desejado, ordeiro, trabalhador, civilizado, integrado na ordem moderna.”

Sob este enfoque, a infância nada mais é do que um dispositivo da

sociedade disciplinar, pois demanda um conjunto heterogêneo de discursos, instituições, organizações arquitetônicas, leis, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas e demanda formações estratégicas de relações de força que sustentam tipos de saber que viabilizam as técnicas disciplinares de adestramento dos corpos.

No início do século XX, o número de leis criadas para salvar a infância brasileira abandonada foi crescendo continuamente. E isto pode ser explicado pelo fato de que os juristas viam os menores abandonados como caso de polícia e que para eles havia a necessidade de uma legislação específica criada pelo Estado.

“Desde o Código de Menores de 1927 até a Política Nacional do Bem-Estar do Menor que ficou consagrada no Código de Menores de 1979 (lei federal nº 6697, de 10 de outubro de 1979), foram vários anos usando da prática de internação para crianças e jovens, independentemente de tratar-se de regime político democrático ou autoritário. Em certos momentos, a ênfase esteve na correção de comportamentos, noutros, na educação para integração social...”

“... Entretanto, estes deslocamentos criaram, sem sombra de dúvidas, um diversificado setor de empregos para especialistas e construtores civis, atingindo-se, ou não, as metas pretendidas com os internos.” (PASSETTI, In Priore, 1999, p. 358)

Após o primeiro Código de Menores ter sido outorgado (1927) passam a surgir com maior frequência vários sistemas públicos de atendimento aos menores. Dentre eles, vale a pena destacar o S.A.M. (Serviço de Assistência a Menores) que surgiu durante a vigência do Estado Novo no Rio de Janeiro. Ele foi criado com a finalidade de sistematizar e orientar os serviços de assistência aos menores desvalidos e delinquentes. Porém, o atendimento oferecido pelo S.A.M. foi em muito semelhante com o sistema penitenciário. Neste local, os menores sofriam maus-tratos e nos anos 60 seu caráter repressivo foi publicamente declarado à sociedade, levando-o à extinção. Mas Passetti (In Priore, 1999) declara que o S.A.M sempre será lembrado como a “Universidade do Crime” e “Sucursal do Inferno”.

O S.A.M. serviu de modelo para o surgimento de instituições similares em outros estados. Desta maneira, em julho de 1954, foi criado em São Paulo o Recolhimento

Provisório de Menores (R.P.M.). Este Recolhimento tinha como finalidade funcionar como um abrigo de menores, tanto em estado de abandono, como aqueles que haviam cometido qualquer espécie de delito. Os menores ficavam neste local, como o próprio nome já o diz, provisoriamente, até que os devidos encaminhamentos fossem feitos.

Outras instituições tutelares foram sendo criadas, a partir dessa época, dentre elas, a Legião Brasileira de Assistência (L.B.A), o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) com o objetivo de treinar o jovem para serviços úteis à comunidade. Este fato demonstra que a preocupação com as crianças abandonadas expande-se a vários campos patronais de assistência e, deste modo, a sociedade, em seus diferentes segmentos passa a se interessar por tal questão.

Foi, porém, durante a década de 60, que uma nova página foi escrita na história da assistência aos menores. Isto aconteceu devido à implantação da Política Nacional do Bem-Estar do Menor (PNBM), consagrada, posteriormente, no Código de Menores de 1979. Esta política veio abrir caminho aos programas interdisciplinares, com o ensejo de substituir o antigo tratamento repressivo direcionado aos menores, por uma postura educativa (fundamentada numa visão “Biopsicossocial”).

Vinculada a esta política, surge a Funabem (Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor), substituindo o S.A.M. que deveria formular e implantar a PNBM em cada Estado, representada pelas Febem's, cuja proposta era a educação de menores infratores sem utilização de violência e com o objetivo de formar indivíduos para o convívio em sociedade.

Percebe-se aqui, uma grande incoerência, porque ao mesmo tempo em que o Brasil estava mergulhado em mares repressivos da Ditadura Militar, apregoava-se uma política de atendimento à infância e adolescência abandonada menos violenta, mais

compreensiva. É claro que em meio a tantas contradições algo tinha que dar errado, pois como afirma Passeti:

(...) “As unidades da Febem, em cada Estado, se mostraram lúgubres lugares de tortura e espancamentos como foram os esconderijos militares para os subversivos.” (In Priore, 1999, p. 358).

Este mesmo autor ressalta, ainda, que a tentativa de reforma proposta pela Política Nacional do Bem-Estar do Menor:

(...) “... não impediu a disseminação de violências praticadas em seu interior entre internos e pelas autoridades sobre os internos. Reiterou o estigma que associa pobreza e miséria a abandono e delinquência e fez do seu espaço uma “escola para o crime” sempre atualizada. As tentativas de fugas, por sua vez, chegaram a ganhar a dimensão de rebeliões em que os internos ateavam fogo nos pavilhões, gerando destruição.” (Op.cit., p. 359).

Uma reforma neste cenário conturbado era necessária e entre 84 a 86, foram realizados seminários, encontros nacionais e estaduais com a finalidade de discutir toda espécie de arbitrariedade encontrada nas instituições. Participaram, também, destas reuniões os representantes da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) e a Comissão dos Direitos Humanos. Todas essas discussões unidas ao advento da Convenção Internacional dos Direitos da Criança e embasadas pela Constituição de 1988, deram força para o surgimento do Estatuto da Criança e do Adolescente. Nele, o Estado abraça para si a responsabilidade de garantir às crianças e aos adolescentes, (não mais denominados menores; abandona-se este termo carregado de preconceito), um futuro melhor. Mas, para isso o Estado, ao mesmo tempo em que traz para si esta causa, delega poderes também às organizações não governamentais (ONG's), espalhadas por todo o país, entidades filantrópicas e aos Conselhos Tutelares, atuantes nos municípios com a missão de zelar pelo cumprimento das leis existentes no E.C.A.

Desta maneira, haveria vários olhos espalhados por todo país, encarregados de zelar pelos direitos das crianças e dos adolescentes.

“A criança e o jovem se transformam em prioridades de Estado. A legislação pretende protegê-los da família desestruturada e dos maus tratos que venham a sofrer, quer garantir educação, políticas sociais, alimentação e bases para o exercício da cidadania.” (PASSETTI, In. Priore, 1999, p. 36)

Surge assim, mais uma das várias materialidades atribuídas à infância no decorrer da História. Na política atual, a criança passa a ser vista como cidadã com seus direitos bem definidos e assegurados. Conseqüentemente, as crianças em estado de abandono, deveriam ser compreendidas e corretamente educadas para uma posterior reintegração social.

Esta é a proposta do E.C.A.; mas se ela foi, ou está sendo, realmente, cumprida, veremos nos capítulos que se seguem.

6 Abrigo: uma nova página na história das instituições assistenciais

Após a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) na década de 90, crianças e jovens passam a ser inseridos no mundo dos direitos, sendo considerados legalmente como cidadãos.

Neste contexto, os infantes e púberes passaram a ser, além de responsabilidade da família, também uma responsabilidade do Estado, que passou a se encarregar de sua proteção, avaliando se as leis do Estatuto estavam sendo realmente cumpridas. Conforme a legislação inserida no E.C.A. (Cap. II, art.15):

“A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas Leis”.

Neste capítulo, torna-se necessário conhecer um pouco das leis presentes no E.C.A, principalmente as que se referem às crianças e adolescentes abandonados e sobre as instituições. Tais leis serão apenas mostradas, enquanto teoria, e não como prática, pois a

prática será vista posteriormente, nos comentários a respeito do cotidiano de algumas instituições infantis, principalmente do dia-a-dia da Casa do Caminho – instituição-alvo desta pesquisa.

A proposta é de que, a princípio, seja feito um distanciamento para que se possa apenas compreender o que propõe o E.C.A .

Dentre as várias medidas de proteção presentes no Estatuto, deve-se evidenciar as seguintes: consta como lei que ao jovem infrator só deverão ser aplicadas penas que o privem de sua liberdade em condições extremas, e que, antes disso, serão utilizadas várias medidas sócioeducativas no intuito de reeducá-lo.

Foram também criados os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente, nos níveis: federal, estadual e municipal. Méndez (1998), considera que a criação desses Conselhos foi o elemento mais inovador introduzido no ECA. Um dos frutos dessa inovação é o conhecido Conselho Tutelar (órgão municipal), cujos integrantes são escolhidos pela sociedade e encarregados de fazer com que as leis do Estatuto realmente vigorem.

Outra importante medida de proteção ainda não mencionada foi o sistema de Abrigo. Entende-se por Abrigo uma proposta institucional de caráter temporário dirigida às crianças e jovens abandonados, maltratados, ou negligenciados por seus pais. Esta proposta surge com o objetivo de substituir os internatos, que passaram a ser muito criticados pela sociedade em geral. As críticas a eles dirigidas não eram à toa, pois nestas instituições crianças e jovens ficavam reclusos, para que seus comportamentos desviantes pudessem ser corrigidos. As correções eram feitas através de atitudes repressoras que acabavam deixando os internos em estado de constante medo e tensão.

Passetti (In. Priore, 1999, p. 356) comenta o seguinte:

“Ao escolher políticas de internação para crianças abandonadas e infratoras, o Estado escolhe educar pelo medo. Absolutiza a autoridade de seus funcionários, vigia comportamentos a partir de uma idealização das atitudes, cria a impessoalidade para a criança e o jovem vestindo-os uniformemente e estabelece rígidas rotinas de atividades, higiene, alimentação, vestuário, ofício, lazer e repouso...”

Quanto a esta padronização de costumes, Guattari (1987, p.65), afirma que as pessoas institucionalizadas tornam-se vulneráveis a um bombardeio freqüente de representações capazes de moldar seu Ego, não sendo respeitadas, desta forma, as singularidades do desejo de cada um.

Nos ambientes institucionais, há uma vigilância constante que capta e registra os gestos e movimentos mais sutis do indivíduo. Isso tudo compõe o modelo disciplinar. De acordo com este modelo, os internos possuem uma rotina diária com atividades controladas que dificultam o aparecimento do gesto inútil e ocioso.

Foucault (1999) faz uma análise dos dispositivos científico-disciplinares, produtores do homem moderno e observa que a sociedade disciplinar nada mais é do que um continuum carcerário, pois aplica em seu corpo social os mesmos mecanismos de controle existentes nas penitenciárias. Um exemplo disso pode ser observado nos orfanatos (instituições de internamento), onde são aplicadas as mesmas técnicas disciplinares existentes nos sistemas carcerários e são observados os mesmos processos de descaracterização dos sujeitos e de reconstrução dos indivíduos, segundo os padrões higienistas.

Mais uma vez pode-se notar que os orfanatos, bem como as instituições carcerárias, surgem com o mesmo intuito de disciplinar os indivíduos que ali se encontram, para que eles possam finalmente conviver em sociedade. As crianças e jovens que desejam ser adotados têm que seguir um certo perfil definido pela política higienista: serem limpos (sem piolhos), educados, saudáveis e sem problemas emocionais. Deste modo, os infantes e púberes abandonados se esforçam, ao máximo, para conseguir alcançar esses padrões e, dessa

forma, livrar-se da prisão – orfanato em que se encontram.

Sabendo-se que o termo aprisionar significa privar temporária ou permanentemente alguém de sua liberdade, pode-se dizer que na sociedade de controle, característica do mundo moderno, todos os indivíduos são prisioneiros das técnicas disciplinares. Seus corpos são vigiados, medidos e avaliados todo o tempo.

Sendo assim,

“... como evitar que as crianças se prendam às semióticas dominantes, ao ponto de perderem muito cedo toda e qualquer verdadeira liberdade de expressão?” (GUATTARI, 1987; 50).

Com a Política Nacional do Bem-Estar do Menor, criada em 1964, houve uma tentativa de reverter este quadro, através da inserção de uma metodologia disciplinar nas instituições infantis. Com a utilização deste recurso científico, buscava-se romper com as práticas repressivas e formar um indivíduo para a vida em sociedade, por meio de uma educação globalizadora. De acordo com esta nova forma de atendimento, os menores seriam educados em reclusão.

Esta tentativa de reforma foi vã, porque apesar das leis se modificarem, a mentalidade dos responsáveis pelas instituições infantis era a mesma, sempre voltada para as punições.

O Estatuto da Criança e do Adolescente vem, deste modo, mostrar através de suas leis que uma criança ou adolescente só irá se desenvolver, enquanto cidadão, se oportunidades lhes forem dadas, oportunidades estas como: educação, saúde, lazer, trabalho. Com o objetivo de garantir que esses direitos sejam preservados é que o governo se une à organizações não-governamentais e a entidades filantrópicas quanto ao amparo à Infância e à Adolescência. Desta maneira é que surgem as novas concepções de Abrigos, bem com as Casas de Convivência.

Na realidade, o atendimento sob a forma de abrigo já era previsto no Código de Menores, sendo, portanto, uma prática social antiga, mas que não funcionava de acordo com suas propostas, pois o que vigoravam, na época, eram os internamentos. Assim, as instituições criadas com a denominação de Abrigo, transformavam-se, via de regra, em grandes complexos de atendimento a internos. Em virtude desta prática, o conceito de Abrigo, surge novamente na década de 90, não apenas para ser mais uma forma de atendimento institucionalizado, dentre tantas outras, mas sim, como uma ruptura com as antigas práticas de “internato”. O Abrigo constitui uma medida de proteção especial, prevista no E.C.A (artigos 98; 101 – inciso VII) que deve ser utilizada somente mediante situações específicas; tais como:

Art. 98 “As medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos nesta lei, forem ameaçados, ou violados:

I- por ação, ou omissão da sociedade, ou do Estado;

II- por falta, omissão, ou abuso dos pais, ou responsável;

III- em razão de sua conduta;

Art. 101 Verificada qualquer das hipóteses previstas no artigo anterior, a autoridade competente poderá determinar, dentre outras, as seguintes medidas: VII- abrigo em entidade. Parágrafo único: O Abrigo é medida provisória e excepcional, utilizável como forma de transição para colocação em família substituta, não implicando privação de liberdade” (ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE).

Conforme a legislação presente no ECA, somente em casos extremos, onde são comprovados os maus tratos aplicados às crianças e adolescentes é que os pais podem ser destituídos do pátrio poder, perdendo assim, a guarda de seu filho. Nesses casos, o infante, ou púbere em estado de desamparo é encaminhado a uma instituição assistencial provisória, tornando-se apto para ser adotado. À instituição de caráter provisório mencionada no E.C.A e que será descrita a seguir, dá-se o nome de Abrigo.

O sistema de Abrigo, como o próprio nome já o diz, deve abrigar não somente crianças em estado de abandono, mas também as que sofram maus tratos, abusos sexuais, ou outros malefícios provocados por sua família ou por quem por elas seja

responsável. Desta forma, enquanto atendidas pela instituição, por um tempo determinado, evita-se que tais crianças fiquem perambulando pelas ruas, tornando-se, desta forma, um risco à sociedade.

Depois de prestar os primeiros cuidados às crianças abandonadas, os responsáveis pelo Abrigo se encarregarão de encaminhá-las para uma instituição adequada, ou, se for possível, para sua família, ou então, para uma família substituta.

Tal trabalho deverá ser fundamentado nos princípios estabelecidos pelo E.C.A, em seu artigo 92, incisos I a IX :

Art. 92 – “As entidades que desenvolvam programas de Abrigo deverão adotar os seguintes princípios:

I - preservação dos vínculos familiares;

II - integração em família substituta, quando esgotados os recursos de manutenção na família de origem;

III - atendimento personalizado e em pequenos grupos;

IV- desenvolvimento de atividades em regime de co-educação;

V - não desmembramento de grupos de irmãos;

VI - evitar, sempre que possível, a transferência para outra entidade de crianças e adolescentes abrigados;

VII - participação na vida da comunidade local;

VIII - preparação gradativa para o desligamento;

IX - participação de pessoas da comunidade no processo educativo.

Parágrafo único: o dirigente de entidade de abrigo é equiparado ao guardião para todos os efeitos de direito”. (ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE)

A idéia primordial que diferencia o Abrigo de outras instituições que prestam assistência à infância e à adolescência é que no primeiro, o atendimento deve ser feito em casas menores, ao invés de grandes prédios, localizados em regiões isoladas da malha urbana, mais comuns no segundo caso. Esta idéia vem substituir, no seu âmago, o atendimento que ainda é prestado às crianças e adolescentes assistidos pela Febem (Fundação do Bem-Estar do Menor), sob o sistema de internamento.

Coube à DT-2 – Divisão Técnica de Atendimento Integral à Criança e ao Adolescente o papel de pôr em prática este novo modelo de trabalho assistencial direcionado às meninas e meninos abandonados, ou vítimas de maus-tratos.

Maricondi (1997), que atuou como diretora da DT-2 relata que a proposta de atendimento do sistema de Abrigo, de acordo com a legislação existente no Estatuto da Criança e do Adolescente e da própria DT-2 é a seguinte: deve ser direcionada a crianças e jovens de zero a dezoito anos que necessitem de seus cuidados e acolhida, sem fazer discriminação dos mesmos, segundo sua faixa etária, sexo, ou mesmo dos que sejam portadores de deficiências. O Abrigo não poderá, ainda, discriminar adolescentes grávidas. Seu espaço físico deve possuir capacidade de atendimento para, no máximo, vinte crianças e jovens, seguindo o artigo 92, inciso II do E.C.A: “*atendimento personalizado e em pequenos grupos.*” Aconselha-se que seus funcionários (educadores) possuam 2º grau completo, experiência na área e que eles apoiem e incentivem as visitas de familiares às crianças abrigadas. Quanto aos serviços prestados pelo Abrigo, pode-se mencionar os seguintes, conforme a legislação estatutária: acolhimento, alimentação, vestuário e cuidados relativos à higiene pessoal. Deve proporcionar, ainda, possibilidades de escolarização aos abrigados, bem como atenção integral à saúde dos mesmos. Deve propiciar atendimento psicossocial num trabalho conjunto com as famílias das crianças e jovens que lá se encontrem e apoiar o retorno à sua família de origem. Deve, além do mais, desenvolver atividades esportivas, culturais e de lazer, além de atividades religiosas, respeitando sempre a vontade e opção pessoal das crianças e adolescentes que se encontrarem no local. Deve, igualmente, oferecer cursos técnicos e profissionalizantes que possam vir a possibilitar uma possível inserção do abrigado no mercado de trabalho. Cabe ao Abrigo, por último, preparar o adolescente que chegue neste local (em idade avançada) sem ter conseguido resgatar os vínculos com sua família de origem, e que não tenha sido inserido em família substituta, ou mesmo adotado, para o seu desligamento.

Nesta situação, é importante que o jovem já esteja trabalhando e possua uma conta-poupança. Desta forma, o coordenador do Abrigo poderá enquadrá-lo no Programa-

Pensão que funciona da seguinte maneira, conforme Maricondi (1997, p. 33):

“A inserção no Programa Pensão pode ocorrer a partir dos dezesseis anos de idade.

Pré-requisitos: estar estudando; ter curso profissionalizante concluído; estar trabalhando com relativa estabilidade e contar com avaliação positiva de desempenho; ter conta-poupança e idade mínima de dezesseis anos.

Procedimentos: elaboração de cadastro de pensões, com avaliação das condições de habitação; visitas de educadores aos locais para avaliação técnica; acompanhamento técnico mensal, através de visitas da equipe do Abrigo na pensão e do adolescente no Abrigo; pagamento total ou parcial por conta do Abrigo, conforme avaliações periódicas sobre o processo de adaptação e capacidade de auto-gerenciamento do adolescente; desligamento do Programa no limite máximo de dezoito anos e três meses de idade.”

Para que este jovem possa se inserir no mercado de trabalho e alcançar sua independência econômica, os responsáveis de cada Abrigo deverão buscar, na comunidade, os recursos necessários à formação profissional daquele. Segundo Maricondi (1997), as ofertas profissionalizantes são escassas, já que grande parte dos adolescentes não possui uma boa formação escolar. Em geral, os cursos ofertados são os seguintes: informática, língua estrangeira, auxiliar de escritório, garçom, cozinheiro, técnico em secretariado e recepcionista.

De acordo com a legislação existente sobre o atendimento nos Abrigos, verifica-se que os cuidados com a saúde também devem ser vistos como de extrema importância.

Desta maneira, estas instituições devem contar com serviços voluntários de profissionais de diversas áreas, como: Medicina, Psicologia, Odontologia, Nutrição, Fisioterapia e Fonoaudiologia.

Outro fator fundamental referente ao abrigo, é que este deverá possibilitar encontros frequentes entre as crianças e jovens, ali inseridos, com seus familiares, para que ocorra um entendimento entre ambas as partes. Este incentivo às visitas de familiares encontra-se previsto no artigo 92, inciso I do Estatuto da Criança e do Adolescente, como: *“preservação dos vínculos familiares”*.

Levando-se em conta que a maioria dos abrigados, na visão de Maricondi (1997) possui família, a primeira questão a ser trabalhada é o retorno deles ao seu núcleo familiar original, intermediado por assistentes sociais e psicólogos.

Se este retorno ao núcleo familiar for inviável, será necessário inserir a criança ou jovem em uma família substituta, seja ela formada por parentes, padrinhos, amigos próximos, ou até mesmo vizinhos. Cabe aos técnicos e especialistas verificar qual é o melhor ambiente para a criança/adolescente.

Somente em situação extrema, na qual não haja meios de inserir o abrigado em seu próprio âmbito familiar, nem em outra família, é que eles se tornam aptos para a adoção. Cabe ao juiz da Vara da Infância e Juventude decidir o destino dos abrigados.

Frente a estas situações, muito freqüentes, em que os abrigados não tenham para onde ir e sabendo-se que os casos de adoção, às vezes, ocorrem de maneira rápida para algumas crianças, enquanto para outras nunca acontecem, é que surge o problema: o que fazer com estas crianças?

É neste contexto que surge uma outra vertente, quanto ao atendimento de crianças e adolescentes em estado de abandono, conhecida como Projeto Casas de Convivência.

Maricondi (1997) relata que este projeto foi criado em 1992, quando a Febem/S.P. foi incorporada à Secretaria do Menor e coube a DT-2 assumir este desafio que, de acordo com sua proposta, vinha mudar, definitivamente, as formas de atendimento encontradas nos Grandes Complexos (internatos).

Deste modo, foi elaborado o Projeto Casas de Convivência, no qual a primeira fase de sua implantação é a retirada de todas as crianças e jovens dos internatos e sua transferência para casas na comunidade. Este projeto também atende sob a forma de abrigo,

onde, os abrigados podem ali permanecer o tempo que for necessário.

Este sistema de atendimento deve, conforme sua legislação, basear-se no modelo familiar.

“São casas de no mínimo três quartos, sala, cozinha e demais dependências. Inseridas na malha urbana, possibilitam que os meninos e meninas utilizem os recursos comunitários tais como escolas, postos de saúde, bibliotecas públicas, centros culturais e esportivos, áreas de lazer. Assim, a instituição abriu-se à sociedade e reconheceu o direito de seus abrigados ao convívio social. Os vizinhos das casas passaram a ser seus amigos. Era tempo do Estatuto da Criança e do Adolescente.” (MARICONDI, 1997, p. 17)

De acordo com a história dos atendimentos em Abrigos, verificou-se que os responsáveis pelo Projeto Casas de Convivência procuraram ser bem criteriosos quanto à contratação de seus funcionários. Eles teriam que ter escolaridade e formação condizentes com a nova proposta. Este foi um dos fatores de fundamental importância para que o projeto tivesse bons resultados, resultados estes que logo começaram a aparecer, comenta Maricondi (1997). Os índices de evasão escolar diminuíram e as fugas do Abrigo praticamente não mais ocorriam. As crianças e os jovens começaram a se preocupar com sua aparência física, mostrando-se vaidosos. Muitos vínculos familiares foram recuperados:

“Em 1996, de um total de 166 encaminhamentos em 15 Casas de Convivência, 44% retornaram às famílias de origem e 10% foram colocados em famílias substitutas com termo de guarda ou adoção.”

“... Programas de habitação, de ajuda financeira e de acesso à rede de serviços de creche, escolas e postos de saúde são fundamentais para a organização das famílias.” (MARICONDI, 1997, p. 26)

Entretanto, como nem tudo na vida são flores, atritos referentes à convivência começaram a aparecer, tanto no que diz respeito às crianças e jovens, como no que diz respeito aos funcionários. Era uma verdadeira disputa de território, porém, mesmo assim, as Casas ainda eram consideradas a “melhor” alternativa relacionada à assistência de meninos e meninas que viviam nas ruas.

Tudo estava pronto para a cartada final que seria a desativação efetiva de todos os Grandes Complexos Institucionais existentes em São Paulo, contudo neste ínterim, cerca de mil adolescentes, internos, incendiaram o Complexo Quadrilátero de Tatuapé. Após este episódio, todos os altos dirigentes da Febem/S.P. e da Secretaria do Menor, foram demitidos.

A nova administração contratada na época, não repassava as verbas para as Casas de Convivência, cuja proposta foi morrendo aos poucos. Vários funcionários foram desligados de seus postos e outros demitiram-se, por conta própria.

Em 1995, a Febem/S.P., a pedido do governo, passa a ser definida como instituição responsável por adolescentes infratores. Deste modo, as antigas Casas de Convivência foram repassadas para organizações não-governamentais, ou religiosas, através de convênios com apoio técnico e financeiro.

Após esta breve noção sobre o conceito de Abrigo e sua origem, o capítulo seguinte será sobre o nascimento de um Abrigo na região de Londrina estado do Paraná, denominado Casa do Caminho.

7 A Casa do Caminho

7.1 Fundação e Princípios Morais

Foi necessário, em um primeiro instante, fazer um rastreamento sobre o abandono infantil e as práticas de cuidados voltadas às crianças e aos adolescentes, para uma nítida compreensão das forças históricas que foram se movendo com o intuito de fundar as instituições que assistem a essa população e, assim, situar a organização do objeto de análise desta pesquisa: a “Casa do Caminho”.

Esta Casa surge num momento de transição no que se refere ao corpo de leis criadas em prol da infância e juventude do Brasil. Era a passagem da Política Nacional do Bem-Estar do Menor para o Estatuto da Criança e do Adolescente, em que uma nova visibilidade é dada a esses personagens que passam a ser definidos como cidadãos com direitos específicos. Sabe-se que neste momento de ruptura, a preocupação maior do Estado situa-se na descentralização dos cuidados direcionados às crianças e adolescentes desvalidos, todos sob sua tutela, em virtude de alianças feitas com ONG's e outras instituições filantrópicas. Deste modo, a sociedade civil torna-se também responsável pelo atendimento de crianças e jovens criados nas ruas e considerados como uma ameaça à ordem social.

A partir desta união entre o Governo e entidades filantrópicas é que o solo da Casa do Caminho começa a ser construído. Pode-se dizer que esta foi uma das forças históricas responsável pelo seu surgimento.

Esta instituição é definida de acordo com o artigo 1º de seu Estatuto Social como:

“Casa do Caminho – Albergue Infantil, fundado em 27 de agosto de 1987, é uma

sociedade assistencial de amparo a menores, sem fins lucrativos, instalada à Avenida Paul Harris, nº1481, no Bairro Aeroporto, nesta cidade de Londrina – Estado do Paraná, com sede, foro e administração.”

Ao recuperar a história da Casa do Caminho, através de pesquisa feita, pôde-se constatar que a sua fundação está intimamente ligada a um grupo de trabalho caritativo e filantrópico que professa a doutrina Kardecista. Sendo administrada por pessoas de cunho religioso, pode-se dizer que esta instituição, através de suas práticas assistenciais, vai legitimando estratégias de normalização de seus assistidos. Ou seja, através de suas proposições filosóficas e morais, práticas de cuidados específicas ali exercidas, imprimem em seus personagens (crianças e jovens em estado de abandono), formas de agir, de pensar e de sentir.

Tais práticas, representam as estratégias de poder características da sociedade moderna, destacando-se entre elas, a que Foucault (1987) denomina “poder pastoral”, que age nos corpos dos indivíduos assistidos, cobrando, ao mesmo tempo, deles obediência e colaboração a seus beneméritos e também o reconhecimento da necessidade de serem auxiliados.

Verificou-se que a política adotada pela instituição, objeto desta análise, é freqüentemente atravessada pela doutrina espírita que a caracteriza, desde a escolha de seu nome, relacionado à seguinte interpretação bíblica:

“Jesus renovara com exemplos divinos todo sistema de pregação da virtude. Chamando a si os aflitos e os enfermos, inaugurara no mundo a fórmula da verdadeira benemerência social.

As primeiras organizações assistenciais (aos enfermos e desvalidos) ergueram-se com o esforço dos apóstolos, ao influxo amoroso das lições de Jesus.

Era por esse motivo que a residência de Pedro, doação de vários amigos do “Caminho”, estava repleta de enfermos e desvalidos sem esperança. Eram velhos a exibirem úlceras asquerosas, loucos que chegavam das regiões mais longínquas, conduzidos por parentes ansiosos de alívio, crianças parálticas, todos atraídos pela fama do profeta nazareno, que ressuscitava os mortos e sabia restituir tranqüilidade aos corações mais infortunados do mundo.

A casa dos apóstolos – Casa do Caminho – em Jerusalém, apresentava um

movimento cada vez maior de socorro aos necessitados, requerendo vasto coeficiente de carinho e dedicação. Eram anciãos abandonados a chegarem de todas as províncias, crianças esqueléticas e famintas, prostitutas, entre outros. À hora habitual das refeições extensas filas de mendigos imploravam a esmola da sopa.

Grande parte dos enfermos, recolhidos ao casarão dos discípulos recuperavam a saúde.” (Xavier, 1941, p. 49-69).

Conforme nos relata **S.**, uma das fundadoras da instituição.

“... os fundadores da instituição verificaram que os seus objetivos coincidiam com o trabalho desenvolvido pela Casa do Caminho que existiu em Jerusalém. Ambas Casas tinham o intuito de oferecer atendimento físico e espiritual aos necessitados, entretanto, em Jerusalém, este atendimento se estendia aos doentes, mendigos e prostitutas, enquanto que aqui na nossa Casa do Caminho são atendidas apenas crianças e adolescentes abandonados, vítimas de maus tratos, entre outros...”

A escolha do nome dá a conhecer as estratégias que orientam dispositivos para que a moral cristã ali se configure, é em nome do amor cristão que a Casa do Caminho abre suas portas com o objetivo de cuidar de seu próximo. França e Salotti (s.d., p.12), fazem o seguinte comentário a respeito desta tecnologia de poder:

“O amor ao próximo, a solidariedade, a compaixão para com o sofrimento alheio, não se encontram mais restritos à ordem teológica, deixam de ser compromisso espiritual para irromper no mundo. Inscritos no mundo, tornam-se eles próprios, um novo princípio de ordem pública, legitimadas pelo contrato social.”

As mesmas autoras relatam ainda que:

“... colocado na intimidade de cada pessoa, esse poder micrológico invade os corpos como uma rede de finas malhas e estende-se por toda a sociedade.” (s.d., p. 12)

Foucault (In DREYFUS; RABINOW, 1995, p. 231-49) em seus estudos, denomina de “poder pastoral” uma nova forma de governo constitutiva do estado moderno que fabrica uma modalidade de domínio político, produzindo técnicas de individualização as quais implicam num conhecimento do homem e a capacidade de governá-lo.

Nessa nova administração política da sociedade, a gestão dos corpos é o seu fundamento principal. E os mecanismos utilizados para esses fins vão sendo disseminados:

“Acionando diversas instituições para sua realização, estendendo-se sobre as famílias, a escola, a fábrica, os asilos, a prisão etc... Esta disseminação do poder pastoral, creditada agora, também, ao Estado, e, também introjetada pelos sujeitos, dá credibilidade aos representantes das instituições, fazendo valer os juízos morais e justificando o nascimento de práticas institucionais específicas que permitem anunciar um discurso moral, cuja função é normatizar seu objeto.” (FRANÇA; SALOTTI, s.d., p.13)

Michel Foucault, em seu livro “Vigiar e Punir” (1987), aporta dois diagramas que orientaram os mecanismos disciplinares modernos: o das separações binárias e dos esquadrinhamentos individualizadores. O primeiro mecanismo relata os acontecimentos da lepra e as técnicas de exílio; os esquadrinhamentos individualizadores dão visibilidade do funcionamento das tecnologias de controle da peste.

Nota-se que:

“Na Idade Média, o leproso era alguém que, logo que descoberto, era expulso do espaço comum, posto fora dos muros da cidade, exilado em um lugar confuso onde ia misturar sua lepra à lepra dos outros. O mecanismo da exclusão era o mecanismo do exílio, da purificação do espaço urbano. Medicalizar alguém era mandá-lo para fora e, por conseguinte, purificar os outros. A medicina era uma medicina da exclusão.” (FOUCAULT, 1979, p.88)

Pode-se dizer ainda que a Lei antiga declarava impuros os doentes de lepra e os separava da comunidade, isso foi observado na seguinte citação bíblica:

“... Quando alguém tiver na pele do seu corpo alguma inflamação, erupção ou mancha branca, com aparência do mal da lepra, será levado ao sacerdote Aarão, ou a um de seus filhos sacerdotes. Se o homem estiver leproso é impuro, e como tal o sacerdote deve declarar. O homem atingido por este mal andarà com as vestes rasgadas, os cabelos em desordem e a barba coberta, gritando impuro; e sendo impuro, deve ficar isolado e morar fora do acampamento.” (Lv 13, 1-2.44-46)

Se o modelo da lepra não propiciou formas para individualizar o excluído, uma vez que a expulsão garantia a purificação das cidades pelo corte dos contatos, as técnicas de controle da peste propiciam a inclusão dos indivíduos em espaços especiais e diferenciados, seja pelas classificações e subclassificações dos sujeitos; seja pelas multiplicações de estabelecimentos especiais. A peste não provocou a expulsão dos doentes, mas fechou-os em suas casas. Este enclausuramento atingiu não apenas os enfermos, e sim,

toda população suspeita passou a ser vigiada dia e noite, impedida de sair com medo do contágio, ou punição.

“Tem-se, portanto, o velho esquema médico de reação à lepra que é de exclusão, de exílio, de forma religiosa, de purificação da cidade, de bode expiatório. E o esquema suscitado pela peste; não mais a exclusão, mas o internamento, não mais o agrupamento no exterior da cidade, mas ao contrário, a análise minuciosa da cidade, a análise individualizante, o registro permanente; não mais um modelo religioso, mas militar. É a revista e não a purificação religiosa que serve, fundamentalmente, de modelo longínquo para esta organização político-médica.” (FOUCAULT, 1979, p. 88)

Esses dois mecanismos não são mutuamente exclusivos, historicamente se aproximam e se combinam no século XIX na emergência dos dispositivos disciplinares.

É o medo da peste, das misturas e as respectivas técnicas de controle que vão ser transpostas para as instituições que assumem a tarefa de classificar, medir, controlar e corrigir, individualizando os sujeitos e produzindo um saber sobre eles.

A disciplinarização dos corpos vai orientar e selecionar áreas de sentido para as instituições que, por sua vez, irão diferenciar e aperfeiçoar seu objeto de intervenção.

Apesar dos mantenedores da Casa do Caminho reportarem sua fundação a um grupo específico de religiosos, pode-se afirmar que esta e outras instituições assistenciais, são efeitos de uma combinação de forças que se organizam, legitimando as ações de cuidado num determinado momento histórico, ao mesmo tempo em que anunciam um discurso moral, cuja função é de normatizar seu objeto.

Os personagens atendidos pela Casa são crianças e jovens que, segundo a compreensão dos entrevistados, não dispõem de recursos para sua própria sobrevivência.

A criança abandonada, ou seja, aquela que não se beneficiou dos cuidados da criação, ou da educação almejada pelos higienistas, passa a justificar que uma série de medidas sejam implementadas as quais objetivarão dirigi-las para espaços de maior

vigilância, uma vez que, comporta um grau de perigo e custo social.

Na sociedade de normalização, a disciplina se torna técnica de gestão dos riscos, prioriza a produção de novas formas de comportamentos e sentimentos, os indivíduos são objeto de vigilância e observação permanente.

Pode-se dizer que a Casa do Caminho encontra-se incluída nesse processo. Contudo, para se compreender os mecanismos de poder e de saber presentes na organização deste local, é necessário conhecer um pouco sobre a filosofia espírita. Filosofia esta que embasa todo o discurso moral da instituição, já que esta Casa foi fundada por pessoas que professam esta crença.

S. (uma das fundadoras da Casa) comenta que:

“... este grupo de espíritas era responsável pela assistência de crianças e jovens carentes, em 1982, na favela Marize. Ele ficou quatro anos e dez meses em um casebre oferecendo sopas, doando roupas e pacotes de comida aos necessitados. Apesar do trabalho desenvolvido por este grupo estar relacionado à distribuição de roupas e agasalhos, algumas crianças que não tinham para onde ir começaram a se hospedar neste casebre, mas este número foi crescendo tanto que o grupo filantropista decidiu expandir o seu trabalho. O grupo de espíritas conseguiu arrumar um espaço maior, através de uma doação feita pela prefeitura municipal, espaço este onde se localiza atualmente a Casa do Caminho.”

Os responsáveis pela sua fundação, bem como por sua parte administrativa foram alguns espíritas (kardecistas) da comunidade londrinense.

É através da doutrina espírita que a instituição oferece aos seus assistidos um estilo de vida, um modo de pensar e de falar.

De acordo com o ponto de vista dos kardecistas, desde que existe o ser humano na terra, existem também as manifestações espirituais. Allan Kardec foi o responsável pelo estudo e codificações desses fenômenos.

A parte moral do espiritismo se baseia no Evangelho de Jesus, segundo Allan Kardec, onde é apregoado o ensinamento maior: “amar a Deus de todo coração e ao

próximo como a si mesmo”.

Os princípios básicos da doutrina espírita são: a comunicação com espíritos; a reencarnação, em que o espírito é criado simples e ignorante e vai aprendendo e evoluindo através das múltiplas existências carnis; a lei de causa e efeito – na qual todas as ações boas ou más, a nós retornará, nesta ou numa existência futura (a justiça divina é infalível); não existe acaso, tudo o que acontece tem uma finalidade justa e necessária ao nosso progresso moral e espiritual, mesmo aqueles acontecimentos que nos parecem infelizes.

Verifica-se que na Casa do Caminho, uma linguagem moral é anunciada e legitima a importância de se manter a ordem na sociedade.

Conhecer esta instituição significou compreender de que forma o seu discurso moral está intrínseco nas práticas ali veiculadas e nas articulações por ela estabelecidas com o intuito de cumprir com seu dever de amor cristão.

Como diz Foucault (In DREYFUS; RABINOW,1995, p.231-49), o ato de ofertar uma forma de atendimento, ou de assistência pode ser interpretado como estar oferecendo uma forma de vida, uma forma de pensar e falar. No que se refere à Casa do Caminho, acredita-se que as crianças e jovens internos foram encaminhados a este local, porque suas famílias não foram consideradas capazes de exercer sua função principal que é a de zelar por seus filhos. Deste modo, entende-se que as crianças e jovens em estado de abandono surgem nas instituições assistenciais, como acontece na Casa do Caminho por exemplo, trazendo por trás de sua condição miserável o seguinte apelo: “governe-me, eu não consigo cuidar de mim”.

Foucault (In. DREYFUS; RABINOW, 1995), mediante esta situação de falta de potência do sujeito quanto ao cuidado de si, faz o seguinte comentário: se o governo de minha vida está nas mãos do outro é uma questão de sobrevivência que está sendo

colocada. O indivíduo se entrega às instituições e submete seu corpo a uma técnica, especialidade, prática discursiva, enfim, a toda uma tecnologia. Todas essas forças que encaminham o sujeito para a condição de assistido institucionalmente foram observadas na Casa do Caminho.

As crianças e jovens aportam a esta entidade, após verem esgotadas todas as suas formas de subsistência. Então, sem terem mais a quem recorrer, elas (em sua maioria) sujeitam-se às normas e regras da Casa e em troca prestam obediência àqueles que lhes oferecem auxílio. Obedecer, neste caso, significa, adequar-se à rotina da Casa, principalmente, àquela que se refere ao credo apregoado pela instituição.

Como foi dito anteriormente, sendo o espiritismo a base da tecnologia política desta casa, sua doutrina contribui, em grande parte, na produção de uma das facetas da subjetividade de seus internos.

Todo esse mecanismo de controle, de produção de corpos dá-se de forma subliminar.

Guattari (1987, p.64), faz um comentário interessante a respeito dos diversos tipos de estruturas repressivas que caracterizam a modernidade:

“... Não se usam mais, necessariamente, cassetetes ou campos de extermínio: procura-se, de preferência, controlar as pessoas com laços quase invisíveis que as prendem mais eficientemente ao modo de produção capitalista na medida em que elas o investem de modo inconsciente.”

Esses laços invisíveis, citados por Guattari, aparecem na Casa do Caminho disfarçados no seguinte conceito moral: tem que ser bom, caso contrário, não irá para o céu. Percebe-se que os sujeitos, ali, vão se formando de acordo com essas regras e uma docilidade vai sendo produzida em seus corpos.

Ainda que conste em seu artigo 1º, parágrafo único que: “A entidade não faz

distinção alguma quanto ao...” “... credo político, ou religioso” de seus internos e apesar de constar no Estatuto da Criança e do Adolescente, artigo 94, inciso XII que as entidades que desenvolverem programas de internação devem:

“... propiciar assistência religiosa àqueles que desejarem, de acordo com suas crenças.”

Foi observada na Casa do Caminho uma prática muito diferente daquela encontrada nos Estatutos, no que diz respeito ao seu caráter religioso.

O espiritismo que norteia a produção de saber sobre os corpos desta instituição é uma crença obrigatória entre os internos da Casa. Para que isto aconteça, são realizadas nesta entidade, sessões espíritas, semanalmente, (sempre aos sábados), nas quais alguns voluntários pregam o Evangelho de Jesus para as crianças e jovens. A essas sessões, todos os internos devem comparecer, não importando a sua religião de origem ou as suas crenças, pois esta é uma das rotinas da Casa.

Os sujeitos, desta forma, passam a receber os ensinamentos do Evangelho e vários outros conceitos, já citados anteriormente, que dizem respeito aos princípios básicos da doutrina espírita. Dentre eles, é interessante que se destaque o conceito de Carma.

Tal conceito, para os coordenadores da Casa, torna-se uma explicação plausível para a história de vida das crianças e jovens internos neste local. De acordo com ele, acredita-se que tais internos foram parar nesta instituição, por estarem se redimindo de algo muito ruim que fizeram em outras vidas (Carma). Verifica-se, assim, que através desta crença, a instituição joga para o além um problema cotidiano e que diz respeito às desigualdades sociais.

O conceito de Carma, divulgado na Casa do Caminho, serve como peça-chave quanto à criação de estratégias de vida de seus assistidos, pois segundo este conceito

moral, o indivíduo torna-se um eterno devedor. Passando a estar sempre em débito com a instituição e com a sociedade em geral, o sujeito encontra-se, desta forma, expropriado de sua força

Trata-se, neste caso, de um poderoso mecanismo de sujeição, pois em nome da caridade, os coordenadores da Casa criam normas e leis que devem ser seguidas. Os internos, por sua vez, se submetem a estas normas sem se darem conta de seus estados, ou seja, do controle que é exercido sobre seus corpos, controle intrínseco na própria rotina da Casa.

Desta maneira, vão se concretizando os objetivos da instituição que, em nome do “amor ao próximo”, presta seu atendimento, descontaminando os corpos por ela assistidos, tanto do pecado, quanto dos males físicos, com o ensejo de transformar seus internos em pessoas aptas ao convívio social.

As crianças que vivem nesta entidade se adaptam e não questionam a formação moral que estão adquirindo. Talvez isto possa acontecer por medo, medo de serem expulsas, já que não têm para onde ir, medo, sobretudo, de que não gostem delas e que não queiram adoptá-las, se não forem boazinhas. É esse medo que torna essas crianças cada vez mais dóceis e obedientes.

Os adolescentes, neste aspecto, possuem outra postura. Apesar de se sujeitarem às normas institucionais, procuram, às vezes, transgredi-las. Essas tentativas de transgressão das normas institucionais podem ser analisadas como um campo de força contrário ao da instituição, ou seja: se você for bonzinho, não sobrevive !

Cada interno possui sua trajetória de vida e, antes de entrar na Casa, possuía já sua própria rotina. Deste modo, apesar de haver uma tentativa de reconstrução deste sujeito, a instituição não apaga suas experiências de vida. Não há como fazê-lo esquecer-se de quem

ele é, de onde vem, das experiências que teve e de suas vivências. Sendo assim, os internos, principalmente os adolescentes, trazem para o cotidiano institucional seus próprios conteúdos.

Quanto à doutrina apregoada pela Casa, relatam eles ter medo de “gente morta”, reclamam da obrigatoriedade de participar das sessões espíritas, já que possuem outra religião. Um interno costumava dizer: “Eu quero é ser Pai de Santo”, e, enquanto falava isso, fingia dar uns “passes” na cabeça de seus colegas que simulavam estar possuídos e em estado de “transe”. Esta situação pode ser analisada como uma resistência destes jovens quanto ao fato de estar inserida em sua rotina semanal o ensinamento da filosofia espírita.

Para se compreender todos esses processos, foi necessária uma desnaturalização, tanto da Casa do Caminho, como da população por ela assistida, com o intuito de obter uma visibilidade destes objetos construídos historicamente. Para tanto, é importante observar, inclusive, de que maneira os conceitos apregoados por esta instituição vão tecendo um modo de vida que constitui subjetivamente os sujeitos a quem assiste.

7.2 Espaço Físico: Uma História de Assistência à Infância Desamparada

A instituição “Casa do Caminho” situa-se no atual bairro Aeroporto da cidade de Londrina, estado do Paraná. Pode-se pensar que não é apenas sua distância em relação ao centro da cidade que denuncia o objetivo da sua construção. A arquitetura desvela, também, seu destino original: instituto de correção para menores infratores. Os corredores são sombrios, sem ventilação, os cômodos são exíguos, tendo apenas pequenas janelas encostadas ao teto.

Segundo as informações de A e N (atuais funcionárias da Casa do Caminho, mas que conheceram a AAMEL e o CEDIT – outras instituições de atendimento destinadas à

infância desvalida que funcionaram, anteriormente, no mesmo prédio da Casa):

“...o prédio era uma verdadeira prisão, grades nas janelas, portas constantemente trancadas e as paredes pintadas de cor escura para não denunciar a sujeira que as cobria.”

As duas funcionárias relatam, ainda, que:

“... o cheiro do local era forte, desagradável, parecendo impregnar as paredes. Viver no local era um inferno, um purgatório em vida.”

Pode-se dizer que a Casa do Caminho possui localização e arquitetura estratégicas, pois de acordo com os modelos higienistas para atender uma cobrança da sociedade, as instituições destinadas a prestar atendimento às populações marginais deveriam ser construídas longe da malha urbana. O mesmo fato foi observado quanto à configuração espacial desta entidade, cuja arquitetura foi projetada para assegurar que não houvesse fugas na instituição e, ao mesmo tempo, para permitir uma visibilidade completa de todas as ações dos corpos ali inseridos.

Sobre esta estratégia de controle dos corpos, assim se expressam Veiga e

Faria:

“... No Brasil, na segunda metade do século XIX, estabelece-se nas cidades o projeto de medicalização da sociedade, por meio da higiene pública. O objetivo seria o de não só produzir novos hábitos e comportamentos nas populações, mas também controlar as atividades perigosas à vida social...” (VEIGA; FARIA, 1999, p. 34)

Desta maneira, o deslocamento dos considerados miseráveis para os subúrbios com a intenção de sanear a parte central das cidades, passou a ser freqüente, pois como relatam as mesmas autoras:

“Segundo o discurso apoiado em teorias sanitárias e higiênicas, as áreas centrais deveriam ser habitadas por indivíduos dignos e civilizados e os pobres alocados em áreas distantes para que não comprometessem a ordem.” (VEIGA; FARIA, 1999, p. 28).

A distribuição do espaço urbano, feita desta maneira, pode ser analisada

como medo da contaminação: “- Eu te aceito, mesmo você sendo diferente, desde que não conviva comigo.” Este discurso é característico da sociedade moderna, higienizadora de ruas e corpos. É característico também da sociedade de risco, que calcula os riscos que possa vir a enfrentar, para assim poder combatê-los, antes, em sua essência. Sociedade esta, que se articula com a medicina, pedagogia, a igreja, os militares e o poder judiciário, dentre outros, apropriando-se de seus dispositivos disciplinares com o objetivo de controlar toda e qualquer situação ameaçadora ao bom andamento social, neste caso, a errância.

No prédio onde está fundada a “Casa do Caminho”, funcionaram anteriormente: na década de 70 a AAMEL – Associação de Amparo ao Menor Abandonado de Londrina e, posteriormente, o CEDIT – Centro de Educação, Diagnóstico e Indicação de Tratamento de Menores Carentes. O CEDIT, foi criado em 1982 e era diretamente vinculado ao IAM – Instituto de Amparo ao Menor (ligado à Secretaria de Saúde e Bem- Estar Social).

Quanto à AAMEL, pode-se dizer que se trata de uma instituição cuja finalidade era a de atender menores abandonados, infratores e outras vítimas de negligência, mantendo-as em regime de internato. Esta forma de educar em reclusão era considerada, segundo a política vigente, na época, a melhor alternativa, para que esses menores pudessem, posteriormente, ser reinseridos na sociedade. Esta entidade tinha como vocação manter sob vigilância constante um grupo específico de indivíduos, no caso, crianças, que se situam à margem da sociedade e são por ela consideradas como fator de risco social.

Para compreender melhor a política de atendimento que vigorava nesta época, torna-se necessário retornar ao passado e descobrir quais as forças históricas que se formavam para configurar a assistência destinada às crianças em estado de abandono.

Sobre isto, Passetti (In PRIORE, 1999, p. 357) em seus estudos sobre “crianças carentes e políticas públicas” comenta o seguinte:

“Durante a Ditadura Militar, com a Política Nacional do Bem-Estar do Menor (PNBM), em 1964, é introduzida a metodologia interdisciplinar redimensionando a periculosidade circunscrita aos aspectos médicos. A intenção principal ao se adotar a nova metodologia científica, fundamentada no conhecimento “biopsicossocial”, era a de romper com a prática repressiva anterior, criando um sistema que considerasse as condições materiais de vida dos abandonados, carentes e infratores, seus traços de personalidade, o desempenho escolar, as deficiências potenciais e as de crescimento. Crianças e jovens eram caracterizados como: “menores” provenientes das periferias das grandes cidades, filhos de famílias desestruturadas, de pais desempregados, na maioria migrantes e sem noções elementares da vida em sociedade. A nova política de atendimento organizada para funcionar em âmbito nacional, pretendia mudar comportamentos, não pela reclusão do infrator, mas pela educação em reclusão – uma educação globalizadora na qual não estava em jogo dar prioridade à correção de desvios de comportamentos, mas formar um indivíduo para a vida em sociedade”.

Deste modo, às instituições destinadas aos menores, caberia o papel de avaliar os históricos de vida de seus assistidos, prestar-lhes os atendimentos necessários durante a sua internação e depois procurar suas famílias, buscando reintegrá-los a esse meio. Se isto não fosse possível, as crianças e jovens assistidos seriam encaminhados, através da mediação de especialistas (assistentes sociais, advogados, psicólogos, dentre outros) a uma família substituta.

Percebe-se aqui, de que modo várias forças vão se compondo para dar uma visibilidade à infância abandonada e às políticas assistenciais.

O menor que antes era visto como infrator, cujo comportamento deveria ser corrigido, passa a ser visto como alguém que deveria ser reintegrado à sociedade através da ajuda de especialistas.

A respeito desta política de internamento, Marcílio (1998, p. 226) fala:

“O Estatuto do Menor (1979) determinava que as entidades de assistência e proteção ao menor seriam criadas pelo Poder Público e disporiam de centros especializados “destinados à recepção, triagem e observação, e à permanência de menores”. Nesses termos, surgiram as Febem’s, ou congêneres. Presentes em vários estados da federação, essas “instituições totais” de internamento, para abrigo da infância desamparada e com desvios de conduta, eram de responsabilidade dos governos estaduais, mas estavam sob a supervisão das “políticas” gerais estabelecidas pela Funabem. A maior parte dessas instituições, no entanto, já existia e funcionava, desde fins do século passado, tendo sido apenas repassadas para os governos estaduais que se incumbiram do abrigamento dos menores carentes e dos menores infratores.”

Apesar da AAMEL ter sido fundada com o propósito de dar fim às práticas repressivas observadas nas instituições de atendimento aos menores abandonados, conforme a metodologia de assistência apregoada pela PNBM – educação em reclusão, verificou-se, no entanto, que no dia-a-dia, a forma de atendimento praticada por esta instituição oscilava entre punições severas e atividades educacionais.

Por este motivo, a AAMEL foi desativada, cedendo seu espaço ao CEDIT.

Com a instalação do CEDIT nas dependências desta associação (AAMEL), surgiu o seguinte problema: para onde encaminhar as trinta e nove crianças que lá se encontravam internadas, já que o CEDIT, atuaria como um centro de triagem e não como um internato. A este respeito, o jornal Folha de Londrina, veicula em vinte e três de fevereiro de 1981, notícia com o seguinte título: “39 crianças temem o futuro”. Este artigo relata que a AAMEL deixou de funcionar, cedendo seu espaço físico ao CEDIT, que possui uma nova proposta de atendimento que não permite a assistência a crianças abandonadas, em regime de internato. Desta maneira, as 39 crianças que viviam na AAMEL foram sendo redistribuídas da seguinte forma: uma parte delas foi devolvida à sua família de origem e as crianças restantes foram, ainda que separadas de seus irmãos, transferidas para outras instituições. Algumas delas, foram viver no Lar Anália Franco – instituição de Londrina que também presta atendimento às crianças e jovens desvalidos, enquanto o restante seguiu para instituições localizadas em cidades próximas a Londrina.

Nota-se, através deste artigo, que a sociedade tira as crianças de uma instituição e as passa para outra, repentinamente, visando apenas os seus interesses políticos e econômicos. Sendo assim, tais crianças têm que se adaptar às mais variadas formas de atendimento, de acordo com o local aonde são encaminhadas.

Conforme o mesmo artigo, citado anteriormente, publicado em vinte e três de fevereiro de 1981, na Folha de Londrina, o CEDIT foi apontado como uma instituição

destinada a receber crianças e adolescentes para ali encaminhados pelos órgãos de segurança. Este centro foi inaugurado com o intuito de realizar um diagnóstico que indicasse o tratamento a ser realizado conforme o problema da criança. Para tanto, contaria com uma equipe de especialistas, formada por assistentes sociais e psicólogos, dentre outros.

O interesse maior do CEDIT era sanear as ruas, retirando os meninos e meninas que viviam perambulando pela cidade, sendo considerados, na verdade, uma ameaça à organização social. Desta forma, os órgãos de segurança fariam um corte na errância e também no errante, através da fundação dessas instituições de atendimento à infância desvalida. Isto demonstra uma intervenção direta do Estado nas famílias, ensinando-lhes como cuidar de seus filhos e, assim, salvaguardar o futuro da nação.

Recolhidos ao CEDIT, os menores receberiam atendimento adequado que, por sua vez, se ampliaria às famílias dos mesmos, já que a premissa básica do trabalho realizado por este centro, era o desenvolvimento da educação integrada criança-família.

O regime a que as crianças e jovens estavam submetidos neste ambiente era o de “recolhimento provisório”, sendo que tal recolhimento devia comportar a permanência máxima de trinta dias dos menores neste local. Posteriormente, eles deveriam ser reinseridos em seu núcleo familiar, ou em família substituta e, em última instância, destinados a outra instituição.

Percebe-se que apesar de as propostas do CEDIT estarem, assim como a AAMEL, fundamentadas na PNBM, ou seja: formar um indivíduo para o convívio em sociedade, segundo a visão “Biopsicossocial”, seu atendimento era considerado na época como inovador.

Havia um interesse social e também do Estado, em dar fim às instituições em sistema de internamento que se caracterizavam por sua violência excessiva no trato com

os internos, mas isto ainda não havia sido efetuado na prática. Em virtude disto, o CEDIT, com seu projeto de recolhimento provisório, com fins educacionais a curto prazo e através do auxílio de vários especialistas, poderia ser considerado como uma instituição diferente. Tão diferente que, os próprios fundadores deste local, após a sua inauguração, bem como a comunidade, ficaram desorientados, não sabendo muito bem qual postura adotar frente às propostas deste centro.

Esta falta de compreensão no que diz respeito ao CEDIT foi comentada em um artigo da Folha de Londrina, no dia 14 de julho de 1982, intitulado: “Na primeira semana, CEDIT abriga 19 menores carentes”. Neste artigo, o diretor do centro, professor Eduardo Afonso, faz o seguinte comentário:

“O maior problema enfrentado até agora é a incompreensão da população quanto às finalidades do CEDIT, destinado especialmente a diagnosticar e tratar o menor carente e marginalizado, numa primeira etapa, seguida de seu envio a uma entidade assistencial adequada a seu caso específico ou mesmo a devolução do menor à sua família.

Diversas pessoas, comenta Eduardo Afonso, têm nos procurado julgando tratar-se de uma creche, ou algo parecido, insistindo para que o menor que levam seja recebido pelo centro. Nestes casos, afirma o diretor, o CEDIT apenas levanta a situação do menor, orientando a seus responsáveis quanto aos procedimentos a tomar, bastando algumas vezes, alguns conselhos à sua família para mudar de comportamento ao tratar do menor.”

Quanto à permanência provisória, o diretor do CEDIT, Eduardo Afonso, faz ainda, a ressalva:

“... O regime a que estes menores estão submetidos, denominado “recolhimento provisório”, inclui atendimentos diversos, desde o acompanhamento constante de uma assistente social, tratamento médico-odontológico, psicológico e recreações.

O menor, quando não está sendo analisado e tratado por nós, diz Eduardo Afonso, tem que se ocupar de alguma atividade, para que sua permanência aqui seja a mais frutífera possível. O recolhimento provisório comporta a permanência máxima de 30 dias, quando, então, o menor será destinado a outra entidade, ou devolvido à família...”

Como foi dito, antes, para a época em que vigorava uma política de internamento para todos os menores, fosse ele infrator, ou não, a prática assistencial ofertada pelo CEDIT, era considerada incomum e, por esta razão, causou muita polêmica. A

comunidade, apesar de pedir com frequência o fim das instituições de caráter repressivo, não entendia bem o papel deste centro. Do mesmo modo, os funcionários do local não sabiam como agir, segundo esta nova perspectiva de atendimento.

Sendo assim, muitos dos ideais do CEDIT não lograram êxito, vindo este centro a igualar-se a todas as outras instituições de atendimento a menores da época, passando a funcionar como os internatos da Febem, cuja característica principal era a violência e a ilegalidade nas relações entre internos e funcionários. Devido a esta mudança quanto à sua função assistencial, o centro se tornou muito dispendioso ao Estado que, por sua vez, foi diminuindo, gradativamente, o envio de verbas necessárias para a manutenção do local. Em virtude disto, o prédio do CEDIT, juntamente com seus internos, passaram para as mãos de outra entidade filantrópica: a Casa do Caminho.

Não foi à toa que se deu esta ruptura do CEDIT para a Casa do Caminho e é este processo que precisa ser evocado.

Ao mesmo tempo em que a sociedade clamava por mudanças, o Estado, percebia a ineficácia de seus programas destinados aos menores abandonados. Além destes programas serem dispendiosos para o governo, eles fracassavam quanto à proposta de educar os menores e, depois, reinseri-los no âmbito social. Isto era observado, porque os métodos de punição utilizados nestes locais, demonstravam, ao contrário do que se esperava, uma aprendizagem da ilegalidade. Em vista disto, diversos segmentos organizados da sociedade: igreja, advogados, comerciantes, industriais, as escolas, entre outros, passaram a exigir uma revisão do código.

Percebe-se, através desta situação, de que forma uma rede vai sendo tecida para configurar a nova política prestes a eclodir. Era o Estatuto da Criança e do Adolescente que estava eclodindo em substituição à Política Nacional do Bem-Estar do Menor.

Passetti (In PRIORE, 1999, p. 365), faz o seguinte comentário sobre estas novas práticas de atendimento às crianças e jovens abandonados:

“Com a nova reforma aparecerá o Estatuto da Criança e do Adolescente enfatizando a educação na formação do futuro cidadão. Isto significará um retraimento nas internações? Desativando-se as internações governamentais para abandonados e carentes reabre-se o mundo para a filantropia privada? Sim, agora surgirão novos vínculos entre Estado e organizações não-governamentais, inaugurando um novo tempo na história da caridade.”

Através desta participação filantrópica da sociedade com o apoio das iniciativas empresariais, o Estado buscou um sistema que barateasse o atendimento destinado às crianças e jovens desvalidos e que tivesse maior eficácia e abrangência.

Como relata ainda Passetti (In PRIORE, 1999, p. 368):

“Desta maneira, a nova filantropia funciona no campo do atendimento, como meio para contenção de custos do Estado e, simultaneamente, como geradora de empregos no âmbito privado. Ela responde socialmente pela superação do desemprego de funcionários na esfera governamental, ao mesmo tempo, que libera os empresários para fazer filantropia, reduzindo o pagamento de seus impostos. Não se faz mais filantropia como antigamente, ao custo do próprio bolso, da caridade religiosa, nem como até recentemente, às custas do Estado.”

Observa-se, a partir de então, o nascimento de qualquer instituição está inserido em uma rede de tramas, ou seja, uma rede de acontecimentos vai sendo construída no decorrer da história, transformando o olhar dirigido às crianças e, simultaneamente, as formas de assistência dirigidas à elas. E são as forças que compõem esta rede que fazem uma instituição nascer junto com o objeto sobre o qual ela vai agir.

Compreende-se, assim, que uma entidade assistencial jamais caminha sozinha, pois vai se articulando, segundo as necessidades e conveniências da Igreja, da medicina, do governo, enfim, da sociedade e suas práticas de saber e de poder.

Através desta análise histórica, torna-se mais fácil a compreensão das forças que foram se articulando para o surgimento da Casa do Caminho.

A importância de se esquadriñar como uma instituição foi sendo construída

historicamente é fazer vir novamente à tona os pontos em que um determinado discurso se produziu e se formou. Observar se este discurso está fundamentado nas medidas higienistas que vão se articulando conjuntamente com uma organização econômica e política. Se assim for, tudo aquilo que o especialista diz, passa a ser visto como um registro de verdade, possuindo assim, uma legalidade e legitimidade, capazes de conceder um destino aos corpos. É o discurso de saúde veiculado pelo Estado, através de suas práticas sociais. Este campo político nomeia a instituição como tutora de pessoas e, para tanto, possui direitos legais sobre suas vidas.

França e Salotti (s.d., p. 25), fazem o seguinte comentário a este respeito:

“Assim, a instituição estrutura e monopoliza o direito à enunciação, impõe um regime de aprisionamento, uma vigilância ao comportamento em um espaço e tempo minuciosamente controlados pela tecnologia do poder assistencial que se orienta pela disciplina dos corpos”.

Este aprisionamento é uma das facetas do poder micrológico que norteia as relações institucionais, passa pelos indivíduos e estes sofrem sua ação, ao mesmo tempo em que também são seus agentes, como diz Foucault (1979, p.183):

“... Efetivamente, aquilo que faz com que um corpo, gestos, discursos e desejos sejam identificados e constituídos enquanto indivíduos é um dos primeiros efeitos do poder”.

Na realidade, o espaço físico onde foi fundada a Casa do Caminho é o mesmo das outras instituições que acabaram de ser citadas. Por isto, o prédio destinado ao atendimento de crianças e jovens desvalidos, continua o mesmo, tendo apenas algumas modificações no que se refere à pintura das paredes e a utilização dos cômodos.

Quando se chega à Casa do Caminho, a impressão que se tem é que se trata de um lugar abandonado. Este aparente abandono, entretanto, se revela, à medida que se vai adentrando em seus corredores, numa rotina carregada de afazeres que devem ser cumpridos

pelos assistidos da instituição (corpos produtivos e não ociosos). As crianças e jovens se dividem em vários grupos para a realização de atividades. Alguns, que não se encontram nos colégios, vão para as aulas de reforço das disciplinas ensinadas na escola.

Os internos, quando não estão ocupados com os deveres escolares, são responsáveis pelas atividades cotidianas desta entidade, tais como: cuidados com a limpeza, auxiliar nos trabalhos da cozinha, cuidar das crianças menores, etc. Em razão destes múltiplos trabalhos que desempenham na Casa e que dificultam sua permanência, ou circulação pelos pátios e corredores, tem-se a impressão que o local é um prédio desabitado.

Seu espaço físico, como já foi comentado, é igualmente caracterizado por corredores escuros e longos, mal iluminados, pois as janelas são bem pequenas, quase se encostam no teto. Na realidade, esta configuração espacial da Casa tem um porquê. Se pensarmos que este prédio foi construído de acordo com a política higienista e as práticas sociais de um contexto histórico específico, pode-se entender que, tanto os corredores como a falta de iluminação, bem como as janelas do local, foram feitas para assegurar que não houvesse fugas na instituição. E também para permitir uma visibilidade completa de todas as ações.

Foucault (1987, p.123) chama esta organização de corpos no espaço institucional de localização imediata ou de quadriculamento:

“... Cada indivíduo no seu lugar; e em cada lugar, um indivíduo. Evitar as distribuições por grupos; decompor as implantações coletivas; analisar as pluralidades confusas, maciças ou fugidias. O espaço disciplinar tende a se dividir em tantas parcelas quanto corpos ou elementos há a repartir. É preciso anular os efeitos das repartições indecisas, o desaparecimento descontrolado dos indivíduos, sua circulação difusa, sua coagulação inutilizável e perigosa; tática de antideserção, de antivadiagem, de antiaglomeração. Importa estabelecer as presenças e as ausências, saber onde e como encontrar os indivíduos, instaurar as comunicações úteis, interromper as outras, poder a cada instante vigiar o comportamento de cada um, apreciá-lo, sancioná-lo, medir as qualidades ou os méritos. Procedimento, portanto, para conhecer, dominar e utilizar.”

7.3 A Trajetória da Exclusão Infantil e o Papel Social da Casa do Caminho

Desnaturalizar um objeto significa, de acordo com a perspectiva genealógica, observar de que forma as práticas foram sendo construídas no decorrer da história. Assim sendo, esta pesquisa buscou fazer uma desnaturalização das práticas de atendimento destinadas à infância desvalida e também as causas do abandono infantil, para, desta forma, compreender quais foram os regimes de saber e de poder que impulsionaram a fundação da atual Casa do Caminho e, também compreender, como as práticas sociais foram engendrando os domínios de saber sobre o objeto.

Torna-se claro que esta instituição (Casa do Caminho) é um efeito das práticas sociais e que ela foi surgindo, concomitantemente com os seus personagens assistidos. Na realidade, quem são esses personagens assistidos? São crianças e jovens errantes, vítimas das desigualdades sociais e marginalizados pela sociedade, levando-se em conta que, muitas vezes, as pessoas excluídas passam a ser incluídas em outra dimensão. Pode-se dizer que este é o papel da Casa do Caminho: incluir estes personagens marginalizados através da criação de uma estratégia disciplinar que dê conta de reformular tais sujeitos, transformando-os em cidadãos.

França e Salotti, em sua pesquisa denominada, “Práticas Sociais que Engendram a Subjetividade de Sujeitos Asilados”, fazem o seguinte comentário a respeito da inclusão dos miseráveis em espaços institucionais específicos:

“A restrição do movimento dos andarilhos através da criação de um espaço geográfico destinado a essa população, objetiva a fixação dos sujeitos longe da visibilidade urbana para que seu nomadismo não se converta em ação desordenadora da ordem pública. Esta delimitação de espaço protege a cidade do perigo virtual que representa esses indivíduos miseráveis.” (s.d., p. 33)

Pode-se dizer que, conforme o personagem assistido vai se configurando, do

mesmo modo vão sendo criadas, pela instituição, estratégias que irão normalizar este sujeito.

Neste momento, para que se possa compreender as práticas existentes nesta instituição e as articulações por ela estabelecidas para o exercício de seu papel, torna-se necessário conhecer sua experiência concreta, população atendida e rotina institucional.

Quando foi criada em 1987, a Casa possuía 45 crianças sob o sistema de abrigo, gradativamente, porém, este número começou a aumentar tanto que, em 1989, a Casa passou a prestar atendimento a 110 crianças, de até quinze anos, em regime de internato, além de abrigar uma média de 12 crianças de rua que apareciam esporadicamente para comer, tomar banho, dormir e depois iam embora no dia seguinte. A instituição, igualmente, contava na época, com a colaboração de 60 voluntários e de 26 funcionários.

S. (fundadora e presidente da Casa faz o seguinte comentário acerca das crianças e jovens que vivem, ou já viveram na instituição:

“Aqui nós temos pequenas prostitutas e ladrõezinhos, assim como também acontecia na Casa do Caminho de Jerusalém.”

Este discurso mostra a imagem que a instituição tem a respeito de seus internos. E é esta imagem que irá nortear a função higienista e moralizadora da Casa. Mas, ao mesmo tempo em que esta entidade constrói estratégias para corrigir e disciplinar estas “pequenas prostitutas e ladrõezinhos”, forma uma idéia pré-concebida a respeito das crianças e adolescentes que vivem neste local. Idéia esta que dá a sensação de um destino que lhes foi determinado e do qual dificilmente poderão escapar, mesmo que passem anos ali, institucionalizados.

S. relata ainda que:

“Os internos desta instituição se encontram em estado de abandono, pois este é o “carma” deles.”

Conforme foi visto, anteriormente, segundo a visão Espírita (kardecista), “carma” é o que as pessoas têm que passar, em conseqüência de atitudes que tiveram em outras vidas, denominada de lei da causa e efeito para os espíritas (que já foi citada anteriormente). Esta idéia mestra norteia a ação moralizadora e, conseqüentemente, aliada aos conceitos higienistas, vem dar corpo aos dispositivos de saber e de poder utilizados pelos dirigentes da Casa para organizar seu cotidiano.

Desta forma, a visibilidade que a instituição possui a respeito de seus assistidos é a seguinte: corpos contaminados que devem ser re-construídos, conforme o discurso espírita e higiênico ali praticado.

Deve-se ressaltar que esta constituição do sujeito através das práticas sociais não se dá de forma clara, mas sim de maneira subliminar.

Foucault (In DREYFUS; RABINOW, 1995, p. 231.49), analisando a forma como a tecnologia do poder passa pelos corpos sem ser vista, verifica que na constituição do Estado Moderno, o poder não aparece, por que ele se encontra nas entrelinhas.

Pode-se dizer que o regime de verdade instituído na Casa do Caminho é o discurso teológico. E é através deste discurso que a sua população assistida vai sendo normatizada. A população atendida neste local passa a ser subjetivada como indivíduo religioso, caracterizado por sua incapacidade de se auto-governar, pelo sentimento de culpa e pelo binômio sofrimento/redenção. Analisado sob este prisma, o conceito de “Carma”, nada mais é do que um processo de culpabilização do indivíduo. Deste modo, quando se fala que uma criança, ou jovem se encontra em estado de abandono, pois este é o seu carma, na verdade, isto pode ser interpretado como: este indivíduo se encontra neste estado (abandono), pois isto faz parte de sua natureza, está intrínseco nele.

Esta é uma estratégia muito freqüente nas práticas sociais, ou seja, traçar um

estilo de vida para um determinado sujeito e retirar sua responsabilidade sobre o processo de marginalização deste personagem.

Este mecanismo de culpabilização é comumente observado na Casa do Caminho e é assumido por sua população assistida.

Até o presente momento, foi analisada a imagem que a instituição possui de seus internos e os dispositivos por ela utilizados para normatizar estes corpos.

Através de alguns artigos em jornais citadinos, buscou-se verificar de que forma a sociedade vê essas crianças e jovens internos, e o papel da instituição em si.

Quanto ao dia-a-dia da Casa o jornal Pré-texto, nº 8 – dezembro de 1988, noticia sob o título: “Problemas no Caminho”, todas as dificuldades vividas pela instituição:

“Pelo portão aberto, sem porteiro, qualquer pessoa pode entrar, ou, sair, sem que ninguém veja. Para a criança que ainda não conhece o lugar, o portão representa um momento de ansiedade e medo, medo do que a Casa lhe reserva. Mas para o menor que está habituado, o portão é a passagem para a liberdade: a satisfação de estar de novo nas ruas.”

Este artigo ainda continua:

“... Quando se conhece a Casa do Caminho, na avenida Paul Harris, no Aeroporto, tem-se a impressão de descobrir um outro mundo. Um mundo esquecido por Deus e pela comunidade. Ali é o mundo de oitenta e seis crianças de zero a quatorze anos que conheceram a violência das ruas, viveram a marginalização da sociedade, ou, simplesmente foram abandonadas pelos pais. O problema é que ela também recebe menores infratores de quinze a dezoito anos e não possui condições de fazer coisa alguma por eles.”

Neste artigo, foram relatadas as dificuldades que a Casa do Caminho enfrentava para dar conta da alta demanda de crianças e jovens que assistia. Foi observado que tais personagens eram destinados à esta entidade sem que fosse feito um encaminhamento devido de jovens infratores a instituições específicas. Sendo assim, a Casa do Caminho, da mesma forma que ocorreu na AAMEL e no CEDIT, também acabou adquirindo o perfil de “Casa de Detenção”. Entretanto, este local não possuía infra-estrutura necessária para atender

tantos encaminhamentos que lhes eram feitos, pois segundo o mesmo artigo, acima referido, do jornal Pré-texto:

“... estes jovens ficavam albergados num velho barracão sujo, isolado do prédio central e sem o mínimo de conforto.”

Estas observações sobre a Casa do Caminho, torna viável a compreensão de que aos marginais, são criadas instituições próprias para retirá-los de cena, escondê-los, adestrá-los e depois, reintegrá-los à sociedade.

Veiga e Faria (1999, p. 22) sobre o papel das instituições de atendimento à infância desvalida, tecem os comentários:

“... As instituições serão os espaços promotores da nova civilidade requerida pela e na cidade.”

Ainda a respeito de instituições destinadas à infância abandonada, na sociedade moderna, o comentário destas duas autoras ainda pode ser complementado com a seguinte questão:

“Essas instituições, por serem detentoras de um saber oficializado, por que científico, são mediadoras sociais, produzindo uma representação de famílias incapazes de proverem a educação de seus filhos. Na rotina da internação, ou do recolhimento dos meninos, apontam a desqualificação familiar, como sendo a razão pela qual as crianças deveriam ficar sob a tutela do Estado, cabendo a este uma vigilância disciplinadora.” (VEIGA; FARIA, 1999, p.22)

Deve-se lembrar, entretanto, que esta tutela de crianças e jovens desvalidos, passa para as mãos das entidades filantrópicas, através de um acordo por elas feito com o Estado em pleno nascimento do Estatuto da Criança e do Adolescente. É neste movimento que a Casa do Caminho vai configurando sua política assistencial, entretanto, pôde-se verificar que esta instituição passou a funcionar como um depósito desmedido de jovens infratores, ou de crianças que eram vítimas de maus-tratos, ou então, abandonadas por suas famílias. Através destes fatos, observa-se que a sociedade vê estas instituições infantis como

um “mal necessário”, pois, ao mesmo tempo em que criticam seus serviços, não medem esforços para eliminar qualquer situação de risco das ruas, fazendo, assim, um corte na errância.

7.4 Casa do Caminho - Dispositivos de Atendimento

A Casa do Caminho se autodenomina Albergue Infantil. A palavra albergue significa (KOOGAN; HOUAISS, 1994 p. 29)

“... asilo onde os mendigos se recolhem de noite”.

Verifica-se, contudo, uma contradição na escolha do nome que orientaria sua forma de atendimento. De acordo com seu estatuto interno (art 2º), a Casa do Caminho funciona como albergue infantil cujo objetivo é de :

“... acolher, amparar, internar, proteger e instruir crianças órfãs e desvalidas”.

S. relata que a Casa do Caminho,

“...desde o início do seu funcionamento, prestava assistência às crianças e jovens em estado de desamparo, que ali apareciam, sob a forma de abrigo provisório, ou como uma casa de passagem (de acordo com o significado do seu próprio nome).”

Entretanto, tal política de atendimento foi sofrendo modificações, conforme as circunstâncias. Pôde-se observar que as crianças e jovens conduzidos até à Casa do Caminho, segundo os fundadores da instituição, ou apareciam por livre e espontânea vontade, ou então, por não terem onde ficar. Desta forma, na prática cotidiana, esta Casa atuou mais como instituição de internamento infantil, do que como um abrigo provisório, tal como era sua proposta inicial.

Tudo isto é passível de ser comprovado pelo fato de que, até meados de

2000, a Casa contava com vinte e duas crianças e jovens internos, maiores de dezoito anos. Verifica-se, assim, nesta situação, que a Casa do Caminho se autodenomina como albergue infantil, mas, na realidade, possui um modelo híbrido que apregoa uma forma de atendimento, segundo os modelos exigidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, mas pratica outro, totalmente diferente.

De acordo com a declaração de V. (um dos fundadores da Casa) ao jornal Folha de Londrina, datada da época em que esta entidade foi fundada:

“... a filosofia do albergue infantil não é apenas de receber os menores à noite para que tenham onde comer e dormir. No dia seguinte, além da opção de voltar para a rua, queremos que tenham outras oportunidades”.

Percebe-se, através desta fala de V., comentando sobre a forma de atendimento da instituição que as crianças e jovens que apareciam na Casa do Caminho por vontade própria não eram obrigados a ficar neste local, podendo voltar para as ruas, se quisessem. No entanto, este discurso não demonstra a real intenção dos fundadores da Casa do Caminho. Nem eles, e menos ainda a comunidade londrinense queriam que estas crianças e jovens voltassem para as ruas, pois o objetivo da instituição era mudar este sujeito, doutrinando-o de acordo com a crença da Casa.

A própria configuração inicial dada pelos fundadores da Casa do Caminho, quanto ao atendimento às crianças e aos adolescentes desvalidos e sua transformação, testemunham que a entidade vai criando uma clientela específica, que vai sendo definida em forma de resposta aos anseios da comunidade de enclausurar estes seres que perambulam pelas vias públicas, atrapalhando o bom andamento da organização social.

A Casa do Caminho visa atender esta clientela, prestando-lhes assistência física e moral, ao mesmo tempo que mantém sua função higienizadora da sociedade. Para isso, cria estratégias visando cumprir sua missão e, concomitantemente, garantir a

moralização do espaço urbano.

Discorrer-se-á, agora, sobre o sistema de internamento ofertado pela Casa, cujo objetivo é:

“... atender crianças e jovens, de ambos os sexos, na idade de zero a dezoito anos, sendo abandonadas, desamparadas e carentes de qualquer outra forma, de modo a torná-las úteis a si próprias, à sociedade e ao país. O internamento, conforme a legislação da casa e, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, far-se-á a critério da diretoria administrativa, sendo socorridos, preferencialmente, as crianças órfãs e desamparadas, depois também as crianças que apesar de terem pais vivos, se encontrem em estado de abandono, por incapacidade física, ou mental dos genitores”. (Art. 28º, Pará. Único).

Assim que estas crianças e adolescentes são encaminhados a este local, devem se adequar ao dia-a-dia da Casa e aos seus fins educacionais e religiosos. Estes internos são integrados à rotina institucional onde cada gesto, cada tarefa, são sempre observados e depois registrados em seus prontuários. Percebe-se que, quanto maior o número de atividades ofertadas aos internos, menos risco a instituição corre de evasões.

Todo este controle exercido sob estes corpos instituídos reveste-se de um caráter educacional cuja função é (art. 3º- Estatuto Interno) :

“Preparar as crianças para uma vida útil, honesta e laboriosa, educando-as e instruindo-as convenientemente para o exercício de trabalhos manuais e domésticos, profissionais e industriais, quando for o caso, dando-lhes gratuitamente todo o atendimento, proporcionando-lhes instrução fundamental e profissional, levando sempre em conta as vocações e tendências de cada uma delas”.

Para que os internos se tornem estes sujeitos ideais, almejados pela sociedade capitalista, vêem-se envolvidos em uma extensa gama de atividades, que apresentam em suas minúcias, todo o anteparo da tecnologia disciplinar, e onde estão imbuídas relações de poder e de saber.

Foucault (1987, p. 118) faz o seguinte comentário sobre como se articula esta tecnologia disciplinar:

“... A modalidade enfim: implica numa coerção ininterrupta, constante, que vela sobre os processos da atividade mais que sobre seu resultado e se exerce de acordo com uma codificação que esquadrinha ao máximo o tempo, o espaço, os movimentos. Esses métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade, são o que podemos chamar de disciplinas”.

Esta organização disciplinar é encontrada na Casa do Caminho sob a forma de rotina de tarefas.

As crianças e jovens internos, atualmente na instituição, freqüentam a escola, e em suas horas vagas, os mais velhos devem auxiliar em algumas atividades da casa, tais como: limpar o local, lavar os banheiros, lavar e passar a roupa, ajudar nos serviços da cozinha, varrer o pátio, dentre outros. Para que essas funções sejam cumpridas, uma escala diária é montada, determinando os afazeres que os internos irão executar a cada dia.

Mesmo com toda esta organização, alguns meninos e meninas fogem dos seus afazeres e ficam vagando pelo pátio, ou, sentados em frente à instituição. Esta atitude é mal vista pelos coordenadores da casa, pois dão um ar de ociosidade que deve ser extirpado.

Verifica-se, nesta instituição, um choque de forças contrárias: aquelas que agem para assujeitar, e outras, que resistem e isto acaba se tornando uma constante no ambiente institucional.

Além das obrigações diárias, os internos igualmente participam de cursos, ou, serviços profissionalizantes ofertados pela comunidade em geral, dentre os quais os mais freqüentes são: os cursos de informática, auxiliar de escritório, cursos de inglês e auxiliar de enfermagem veterinária. Todos os internos que tiverem oportunidade e tempo livre, participarão destes cursos ofertados, não importando necessariamente seu interesse e aptidão para estes, ou outros cursos diversos. É a Instituição que solicita à comunidade a oferta de cursos gratuitos, cursos estes considerados por ela como adequados aos seus internos. Sendo assim, a carreira dos jovens que vivem na Casa do Caminho vai sendo orientada de acordo

com o que eles podem fazer.

O importante é que os rapazes e moças aprendam ali alguma função, para poderem dela sobreviver, quando for feito o seu desinternamento. Devem dar algum retorno à sociedade já que a mesma investiu nos internos ali presentes em forma de doações, trabalhos voluntários e outros serviços prestados. Muitas vezes, os internos se contrapõem às obrigatoriedades exigidas pela Casa, pois eles querem escolher os cursos que irão fazer, mas nem sempre isso é possível.

Finalmente, no que diz respeito à desinternação, ela deverá ocorrer nas seguintes situações:

“... pela maioria, pelo casamento(no caso das meninas), pelo retorno do interno à companhia de seus genitores, ou responsáveis, a pedido destes, por escrito e com alvará judicial”.

Igualmente, ocorrerá a desinternação quando:

“... os internos cometerem faltas graves e após todos os meios possíveis de reintegração não forem considerados como ajustáveis às demais crianças. Neste caso, serão eles entregues ao juizado de menores, para que este tome as medidas cabíveis, ou encaminhados aos pais, ou responsáveis. Somente em casos excepcionais, o interno permanecerá sob a assistência da entidade, mesmo após atingir a maioria, desde que esteja incapacitado fisicamente de manter-se, ou matriculado em curso de nível superior, necessitando do amparo da sociedade, sempre a critério da diretoria” (art. 32º, parág. 1º,2º,3º,4º; art 32º, parág. Único).

O momento da desinternação é muito difícil para os adolescentes, pois aqueles que permanecem na entidade até os dezoito anos, se adaptam à rotina de tal maneira, acabando, portanto, moldados por ela. Pode-se dizer que a rotina institucional passa a fazer parte do corpo de seus personagens assistidos. Deste modo, sair dela seria confrontar-se com a sociedade que discrimina e marginaliza, ou seja, a luta pela sobrevivência num mundo desconhecido, onde o sujeito institucionalizado não sabe quais armas deve usar para se proteger.

Apesar das instituições assistenciais destinadas à infância abandonada

erguerem a seguinte bandeira quanto ao seu papel social:

“... cuidar da infância é cuidar de sua inserção social. As principais necessidades da sociedade moderna eram a formação para o trabalho e a incorporação de atitudes positivas frente ao ato de trabalhar, e sobre esses pontos se centrará a educação nos institutos de regeneração das crianças pobres, dada a sua trajetória social e o perigo que ofereciam à sociedade”.(VEIGA; FARIA, 1999, p. 41)

As duas autoras citadas acima, fazem ainda o seguinte questionamento sobre a base fundamental para a promoção da civilidade (“auto-governo, desenvolvimento de aptidões individuais e integração social”), ou seja:

“... Mesmo se levadas a sério, não é com as atividades auto-reguladoras propostas, como a horta e a oficina que seria possibilitada uma efetiva inserção das crianças na sociedade”. (VEIGA, FARIA, 1999, p. 120)

Diante da dificuldade de recolocar o interno no seio social, após sua desinternação, unida ao número cada vez maior de crianças e jovens sem guarida que surgem em suas portas é que a Casa do Caminho passa a encontrar sérias dificuldades em sua rota assistencial.

7.5 Pedras no Caminho

Devido o número excessivo de crianças e jovens atendidos pela instituição, que aumentara cada vez mais, ao invés de diminuir, a Casa do Caminho foi obrigada a repensar suas práticas assistenciais.

Em dezessete de fevereiro de 1989, o jornal Folha de Londrina publicou um artigo denominado: “Casa do Caminho amontoa 25 crianças em 7 colchões”, onde era relatada a situação precária na qual se encontrava esta entidade.

“É só percorrer os quartos e as salas da Casa do Caminho para se ter uma idéia da situação. Nas salas onde são desenvolvidas as atividades não há cadeiras e as crianças se acomodam no chão. Os banheiros estão entupidos, precisando de

reparos. Faltam camas, lençóis, colchões e até roupas para crianças”.

Para sobreviver à lotação e ao descaso a que foi relegada pelo Governo Federal, esta instituição era mantida através das doações feitas por seus voluntários (espíritas) e também por atividades desenvolvidas com o intuito de arrecadar dinheiro (bingos, pizzas, doces, rifas, entre outros).

Em onze de agosto de 1992, no jornal Folha de Londrina, encontra-se a seguinte nota: “Casa do Caminho luta para sobreviver”, na qual V. (diretor da Casa, na época), frisa que, se tivessem boas condições financeiras, poderiam melhorar a qualidade do atendimento:

“Nosso atendimento é sofrível, afirma V. Além de não possuir uma assistente social, psicólogo, ou pedagogo, ele diz também que faltam meios para proporcionar uma vida melhor às crianças.”

Conforme foi mencionado anteriormente, com a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente, o Estado fez uma parceria com entidades filantrópicas e organizações não governamentais no que se refere ao atendimento às crianças e jovens desvalidos.

Passetti (1999, In PRIORE, p. 366) faz o seguinte relato sobre este acontecimento:

“O novo Estatuto da Criança e do Adolescente redimensiona o papel do Estado em relação às práticas sociais. Em âmbito nacional, ele permanece orientando e supervisionando as ações, mas reduz sua atuação na esfera do atendimento facilitando o aparecimento, em larga escala de organizações não-governamentais .”

A Casa do Caminho como entidade filantrópica se enquadra neste contexto e a parceria que faz com o Estado é a seguinte: cabe aos dirigentes da Casa a manutenção da mesma, seja através de donativos da comunidade, ou através de promoções realizadas pela instituição. Entretanto, caberia ao Estado contribuir com uma verba mensal, uma vez que a

proposta da Casa atende às necessidades sociais.

No entanto, a realidade da instituição mostrou-se bem diferente, pois o Estado não cumpriu com o proposto, deixando a Casa do Caminho completamente à deriva.

No início de sua fundação, diz **S.**:

“... a Casa contava com uma pequena ajuda dos órgãos governamentais, correspondente a 50% dos gastos da entidade, mas tal contribuição durou pouco tempo.”

Em 1991, foi publicado o seguinte artigo em um jornal da cidade: “Sociedade não aceita Estatuto”. Nele, **V.** (primeiro presidente da Casa) relata que o número de crianças e jovens nas ruas de Londrina, em situação calamitosa, cresce a cada dia e a sociedade não contribui em nada para a regeneração dos mesmos, ao ponto de não considerar as leis existentes no Estatuto da Criança e do Adolescente.

“Ele lembra que a situação tende a se agravar, porque a sociedade ainda não aceitou o Estatuto da Criança e do Adolescente, que lhe atribui responsabilidades sobre esses menores. Prova disso é que a lei está engavetada na prefeitura, alerta. O presidente da Casa explica que para colocar em prática o Estatuto, Londrina já deveria ter criado o Fundo Municipal e os Conselhos Tutelar e Municipal, a base para o amplo atendimento de crianças carentes.”

V. declara ainda que o processo de municipalização dos serviços adotados pelo governo federal, condenou as entidades ao desamparo. Para ele:

“... em nome desta política, o governo estadual não repassou mais nada às instituições assistenciais e o município, também não assumiu este ônus.”

Desta maneira, se a Casa do Caminho continua, ainda hoje, de portas abertas, é devido somente às doações dos espíritas e da comunidade em geral.

Verifica-se que o Estado Moderno se apropria dos dispositivos utilizados pela Igreja, prisões, medicina, etc., para gerir corpos.

Como diz Foucault (In DREYFUS; RABINOW,1995, p. 231-49) a fim de

assegurar a saúde, a prosperidade, a segurança, de fazer cumprir a lei e a ordem, as pessoas são mergulhadas em um campo de visibilidade que é, ao mesmo tempo, território de exercício de poder e condição de registro de saber. Todos estes dispositivos estão inseridos em práticas educativas, cuja função é de criar um indivíduo ideal (produtivo), sujeitado a formas de ser.

No caso das crianças e jovens abandonados, o primeiro passo para que eles sejam alvo de tais práticas educativas é o seu enclausuramento.

O interesse do Estado e da sociedade como um todo é tirar estes personagens de cena, não permitindo, deste modo, que eles venham tumultuar os espaços urbanos. Depois que o objetivo de saneamento das ruas é cumprido e que estes corpos são enclausurados em uma instituição específica, não há mais com o que se preocupar, a não ser que os errantes voltem a circular pelas ruas.

Desta maneira, torna-se compreensível porque várias instituições, ainda que tenham surgido em contextos históricos e políticas públicas diferentes, como é no caso do CEDIT (em Londrina) e do projeto Casas de Convivência (em São Paulo) foram fadadas ao fracasso e relegadas ao esquecimento pelos governos estadual e federal. O que importava não era bem a proposta de atendimento, mas sim, a retirada dos errantes das ruas da cidade e a diminuição de custos orçamentais através de uma nova filantropia, centralizada nas mãos de civis.

Mas, como diz Passetti (In PRIORE, 1999, p. 368):

“O que a filantropia traz de bom para a sua clientela? Não há dúvida de que alguns programas atingem os objetivos propostos. Muitas vezes, eles conseguem reduzir as condições do sofrimento viabilizando creches, adoções, famílias substitutas para crianças que sofrem violências físicas e sexuais, atendimento a crianças hospitalizadas, moradias para os que vivem perambulando pelas ruas. Entretanto, depois de tantas décadas, não há como deixar de constatar, também, que eles atingem apenas uma parte ínfima dos necessitados e que os resultados objetivos são praticamente insignificantes ante os numerosos programas e projetos que falharam.”

Mediante o aumento desmedido de crianças perambulando pelas ruas, a

Casa do Caminho, como já foi dito, viu-se impossibilitada de atender a esta parcela tão grande de miseráveis sob a forma de internato. Sendo assim, em 1995, os administradores da Casa fecharam suas portas, continuando a atender apenas às crianças e jovens que já se encontravam internos no local.

Em virtude disto, o número de internos desta instituição diminuiu significativamente, pois muitos deles, foram encaminhados para suas famílias, enquanto outros fugiram e uma parcela bem menor foi adotada.

S. relata a dificuldade de crianças maiores serem adotadas aqui no Brasil, pois os brasileiros, de modo geral, preferem adotar recém-nascidos. Mas, como os estrangeiros possuem pensamento contrário, boa parte das crianças da Casa que foi adotada, desembarcou em lares franceses, ou, italianos. S. diz que até hoje recebe notícias dessas crianças e que elas estão muito bem. Da mesma forma, ela comenta um caso de adoção mal-sucedida que aconteceu, na década de 90, com duas irmãs internas na Casa. Ambas, a mais velha de oito e a mais nova de cinco anos, foram adotadas por um homem solteiro que se interessou demais por elas. S. comenta que ele parecia ser uma ótima pessoa e que, na ocasião, o Conselho Tutelar ainda não se importava com o estado civil de quem tivesse o interesse em adotar crianças. Deste modo, após realizados todos os trâmites legais, ele conseguiu a guarda das meninas e as levou consigo, transformando-as, mais tarde, em pequenas prostitutas. Hoje, a notícia que se tem das duas, é que ambas, agora adolescentes, trabalham em uma casa de strip-tease em Curitiba.

O Estado, ao mesmo tempo em que cria um Estatuto para garantir direitos às crianças e aos adolescentes e um Conselho Municipal para se certificar de que isso realmente aconteça, cria também, para garantir a ordem social, penitenciárias de segurança máxima, utilizando-se de técnicas de armamentos pesados e vigilância excessiva para se proteger dos criminosos que ela mesma, assim, produz.

Como diz Passetti (In PRIORE, 1999, p. 367):

“Os pobres, entretanto, permanecem vistos como infratores em potencial e, por conseguinte, como delinqüentes emergentes.”

7.6 Casa do Caminho: Na Mira de um Olhar

Esta pesquisa foi realizada justamente nesta nova configuração da Casa do Caminho, quanto aos serviços prestados à comunidade.

Para se conhecer a realidade desta instituição, foram feitas várias visitas ao local, com o intuito de compreender qual o plano discursivo que fundamenta os regimes de saber e de poder utilizados pela entidade com o intuito de gerir corpos e traçar destinos.

Foram objetos deste trabalho: pesquisa em jornais da cidade e entrevistas com os fundadores da Casa, bem como com seus funcionários e internos. Foi realizada também, uma análise dos dossiês, que será descrita posteriormente, com o interesse de se identificar os personagens institucionais e os dispositivos utilizados por esta entidade, necessários à produção da subjetividade dos mesmos.

Os personagens aqui apresentados são internos na Casa do Caminho, cada qual com sua história e suas singularidades, mas antes, será vista a nova política de atendimento desta entidade.

7.7 A Nova Política de Gestão de Corpos da Casa do Caminho

Como já foi comentado, após passar por dificuldades, a Casa do Caminho, mudou radicalmente seu papel quanto ao público que visa assistir, tornando-se uma instituição educacional. Nesta sua nova política assistencial, ela passou a atender: crianças em regime de creche (0 a 6 anos) e apoio sócio-educativo em meio aberto (6 a 12 anos). Por estes serviços, a entidade cobra dos pais destas crianças uma mensalidade simbólica, prestando, ainda, assistência às crianças e aos adolescentes que restaram de seu sistema antigo. Na atual conjuntura, a Casa atende 27 crianças e jovens internos e conta com o auxílio de, aproximadamente, 18 funcionários.

Na instituição encontram-se internos: 4 meninos e 3 meninas (de 0 a 12 anos), 6 meninos e 1 menina (de 12 aos 18 anos), 5 rapazes (acima de 18 anos), atendendo, ainda, 2 meninos e 1 menina portadores de deficiência mental, cujas idades são desconhecidas, pois foram encontrados perambulando pelas ruas.

De acordo com o relato de **M.** (funcionária, há muitos anos do local):

“A Casa do Caminho melhorou muito. Antes, não tinha condições de trabalhar, pois era muita criança e poucos funcionários e a gente não dava conta de atender todo mundo.”

Levando-se em consideração que, em todo o país, os sistemas de internato foram alvo de várias críticas, devido ao sistema repressivo que lhes era característico, a Casa do Caminho, além da falta de verba, desenvolvia uma forma de atendimento considerada pelas novas políticas públicas de assistência à infância desvalida como ultrapassada.

Como se sabe, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, as crianças e jovens abandonados só seriam entregues às instituições para serem internados em

casos muito especiais como os daqueles que cometessem infrações. Os demais, em estado de abandono, deveriam ser reinseridos em suas próprias famílias, ou inseridos em famílias substitutas.

Deste modo, a entidade muda o seu perfil de ambiente de reclusão para entidade educacional, entidade esta, que se reveste agora de uma política pedagógica.

Para Veiga e Faria (1999, p.13):

“... As concepções pedagógicas vão se articulando referidas a uma determinada visão da infância, de sua educação, normatização, ou civilização.”

Nota-se que mediante estas transformações, a população assistida pela Casa do Caminho se modifica e há, igualmente, uma mudança quanto às regras utilizadas para organizar o local.

O perfil da clientela assistida pela Casa não é mais o da criança/jovem “delinqüente”, “marginalizada”, “estigmatizada”, mas sim, da criança normalizada, futuro da nação. O discurso moral e higienista, utilizado para tecer modos de vida, que já aparecia nesta rotina institucional, passa a vigorar com mais força, principalmente no que se refere aos que ainda estão internos neste local.

E assim, a instituição passa, com maior frequência, a ser invadida por especialistas das áreas mais diversas que se possa imaginar, todos chamados de “voluntários”.

Aos pedagogos, professores e estudantes de Letras, Matemática, Geografia, História e Inglês, cabe o papel de ministrar aulas de reforço aos novos alunos e abrigados que ali vivem. Aos professores e alunos de Educação Física, cabe a função de produzir corpos robustos e saudáveis. Os psicólogos cuidam da saúde mental, os fisioterapeutas avaliam a postura correta, os nutricionistas uma alimentação balanceada, os médicos cuidam dos remédios adequados, as enfermeiras administram estes remédios, os dentistas tratam da

higiene bucal, os fonoaudiólogos da fala correta e ao bibliotecário cabe indicar uma leitura sadia. Enfim, são tantos os especialistas que invadem a Casa buscando enquadrar as crianças e adolescentes que ali vivem em um determinado campo de saber e de poder, que acabam por confundir estes internos, que por sua vez, se sentem perdidos e bombardeados por uma vasta gama de novidades, exames e classificações.

Na verdade, pode-se constatar que a instituição é praticamente invadida por alunos das Universidades e Faculdades de Londrina , com o intuito de pesquisar as crianças e jovens que ali vivem, enquadrando-os num campo científico.

Mi. (um dos internos), fala o que pensa a respeito dessa invasão:

“Eu não quero participar disso que você está fazendo. Eu sei que vocês usam a gente para fazer bonito para o seu professor, Mas, e a gente, como é que fica ? Depois vocês vão embora e nem se lembram da gente”.

O relato deste jovem relata a realidade institucional. Os internos são inseridos em tantos grupos desenvolvidos por estudantes e professores de Universidades que, às vezes, chegam em um grupo sem saber se aquele é da Psicologia, Sociologia, ou Fonoaudiologia. Os meninos e meninas da Casa participam desses grupos, porque são recrutados e não por livre e espontânea vontade.

Estes especialistas contribuem com a instituição em seu papel de gerenciar corpos e esta atividade foi construída historicamente como pode ser observado a seguir:

“Ariès e Donzelot, cada um a seu modo, demonstraram magnificamente o processo pelo qual a criança ganhou lugar na sociedade e se tornou indivíduo e alvo de proteção, vigilância, cuidados com o corpo e a educação, a fim de transformá-la em força útil a si e à própria sociedade.“A criança, a partir do século XIX é alvo de forças que a avaliam, investigam, classificam, separam, controlam, vigiam, protegem para que sua educação seja eficaz...” (MARCÍLIO, 1988, p. 224).

Isto é o que Foucault denomina de sanção normalizadora, onde é feita a classificação e qualificação dos atos. Nela, os indivíduos são avaliados, segundo uma verdade

científica, e após esta avaliação são construídos os dossiês.

Pode-se dizer que, na organização da Casa do Caminho sempre existiu um plano discursivo, norteando o seu papel normalizador. No entanto, com as transformações que ocorreram neste local e a diminuição do número de internos, as suas estratégias disciplinares passaram a ser mais bem elaboradas.

De acordo com a função pedagógica da Casa, foi verificado que, atualmente, todas as crianças e adolescentes que ali vivem, estão matriculados na rede de ensino e recebem acompanhamento em quase todas as atividades que realizam, através do apoio de voluntários das mais diversas áreas possíveis. Alguns destes adolescentes estão sendo preparados para a inserção no mercado de trabalho, sendo que, quatro deles, prestam serviços no departamento profissional da instituição, na qualidade de aprendizes.

Este papel pedagógico da instituição é constante e ininterrupto, ou melhor, os internos passam de uma atividade para outra como um moto contínuo. A rotatividade entre tarefas é uma das estratégias utilizadas para combater toda e qualquer espécie de ociosidade.

Conforme o discurso higienista, o ócio é o pior dos vícios e, por isso, ele deve ser combatido. A rotinas das crianças e jovens na Casa, por si só não dá espaço à ociosidade, mas se eles resolvem descansar fora do horário em que isto pode ser feito, tal fato não é bem visto pelos funcionários da entidade.

Ainda, no que se refere ao cotidiano institucional, pode-se dizer que a Casa do Caminho busca oferecer aos seus internos uma alimentação considerada adequada e procura fazer orientações quanto à higiene pessoal e cuidados com os seus pertences.

Relacionado aos utensílios pessoais das crianças e adolescentes institucionalizados, verifica-se, que neste local, ouvir vozes pelo corredor reclamando: “-você pegou meu tênis, pode tirar!”, “esta camiseta não é minha”, é uma constante. Este fato,

segundo França e Salotti (s.d., p. 38), pode ser analisado da seguinte forma:

“Logo na entrada do sujeito, é direito e dever da instituição destruir os sinais que dizem da procedência e da identidade desses indivíduos. Despem-nos de todos os signos sociais, roupas, pertences, alimentos. Em nome da proteção, a instituição captura todas as insígnias que o constituem enquanto sujeito social. Estas práticas disciplinares exercidas pela instituição através de mecanismos cotidianos de homogeneização de espaços e sujeitos, têm como objetivo produzir corpos dóceis e obedientes.”

Deste modo, os pertences e costumes de cada um passam a ser irrelevantes no âmbito institucional, pois, neste espaço, todos são iguais, desde as roupas, ao modo de andar, até o corte de cabelo. Quando necessário, uma cabeleireira vai à instituição cortar o cabelo de todas as crianças e jovens realizando, igualmente, um trabalho de prevenção contra piolhos. Esta simples atitude serve, como foi dito anteriormente, para igualar as crianças da Casa, de modo que todos os meninos e rapazes possuam o mesmo corte de cabelos e as meninas cortes parecidos.

Quanto à distribuição no espaço físico da Casa, os internos são distribuídos da seguinte forma, segundo **L.** (assistente social da instituição):

“... as crianças, sendo internas, ou semi-internas, são divididas em sete grupos, denominados grupos A, B, C, D, E, F, G e especial (deficientes mentais).”

O **grupo A** – berçário (0 a 3 anos) possui apenas uma criança interna e outras doze semi-internas sob sistema de creche. O **grupo B**, é dirigido a crianças (3 a 5 anos), atendendo, no momento, a nove crianças, sendo apenas uma interna. O **grupo C** (6 a 8 anos) é formado por dez crianças, sendo também, apenas uma interna e as demais semi-internas sob o sistema de creche. O **grupo D** (11 anos) possui onze crianças, sendo quatro internas. O **grupo E** é constituído por sete adolescentes, sendo cinco internos. O **grupo F** (15 a 17 anos) é formado por onze adolescentes, todos internos, sendo eles, sete meninos e quatro meninas. O **grupo G** (acima de dezoito anos) é constituído por três adolescentes, todos internos e trabalhando fora, com o intuito de desligarem da instituição futuramente. E, por

fim, o **grupo especial** (deficientes mentais) formado por dois pré-adolescentes e um adolescente, dois meninos e uma menina. Todos internos na instituição. Tais grupos foram formados para facilitar os serviços prestados pelos funcionários a estas crianças e jovens, bem como organizar o horário das tarefas e diversões, de acordo com a faixa etária dos semi-internos e internos.

Sabe-se que esta disposição de corpos no âmbito institucional é estratégica, porque possibilita uma visibilidade sobre os internos, de forma a buscar um controle sobre eles. É o olhar que observa a tudo.

A respeito desta distribuição de corpos feita em um ambiente institucional destinado aos idosos, França e Salotti (s.d., p. 38) puderam observar o seguinte movimento:

“A disposição dos corpos dos asilados, num espaço físico comum facilita o controle da instituição. Toda as ações poderão ser vistas, todas as palavras ouvidas, os toques controlados. Isso significa uma convivência partilhada sem direito a espaço privado, no qual, o olhar restritivo e controlador da instituição não possa alcançar. Essas técnicas de observação e controle aplicam-se ao lazer, as atividades religiosas reforçando os dispositivos de controle e um tipo de poder sobre os corpos, os gestos, os comportamentos, cujo objetivo é circunscrever sua população em um modelo de homem útil a essa instituição.”

O modo como os corpos são distribuídos no espaço institucional, Foucault, denomina quadriculamento e significa que as pessoas não devem ficar sozinhas, pois os próprios internos vigiam uns aos outros e delatam os menores deslizes ocorridos aos seus superiores. Deste modo os internos têm que ficar próximos, sim, mas, com uma proximidade que não lhes seja prejudicial.

Tudo deve ser feito de forma que o olhar institucional restritivo e controlador possa acompanhar todos os detalhes. Percebe-se assim, que a Casa do Caminho cria dispositivos para organizar os seus internos em um determinado tempo e espaço, através da observação e comparação ordenada de multiplicidades.

7.8 Dossiês: A Individualidade num Campo Documentário

É através dos dossiês (prontuários) da instituição, que se pode fazer uma leitura dos instrumentos disciplinares por ela utilizados com o intuito de criar uma nova faceta da subjetividade em seus personagens assistidos.

Só se torna possível enquadrar um sujeito num campo documentário através da utilização destes instrumentos disciplinares: a vigilância hierárquica, que capacita o aparelho disciplinar a uma visão permanente; a sanção normativa, onde é necessário fazer com que os indivíduos sejam homogeneizados, frente às normas. Para normalizar seus assistidos, a instituição com seu olhar constante torna-se capaz de conhecer cada gesto e, assim, classificar as condutas. As condutas que estiverem em conformidade com a norma serão aceitas e as que estiverem no desvio, precisam ser conformadas ao padrão ideal.

Às técnicas de exame cabem ver como o indivíduo vai se posicionando perante certas normas, transformando sua vida em um caso, um arquivo.

Estes três instrumentos foram aqui separados, para facilitar uma compreensão de como eles agem nos corpos. Mas, na realidade, eles devem ser vistos, conjuntamente, que é a forma como eles atuam.

Novos sujeitos passam a ser produzidos quando estes mecanismos das tecnologias disciplinares incidem nos seus corpos.

Todos estes dispositivos encontram-se no interior das práticas educativas que visam produzir um sujeito mediante classificações e normatizações.

Como diz Foucault (1987, p.157):

“... O exame que coloca os indivíduos num campo de vigilância situa-os igualmente numa rede de anotações escritas; compromete-os em toda uma quantidade de documentos que os captam e os fixam. Os procedimentos de exame são

acompanhados imediatamente de um sistema de registro intenso e de acumulação documentária. Um “poder de escrita” é constituído como uma peça essencial nas engrenagens da disciplina.”

Os personagens da Casa do Caminho que serão descritos logo a seguir, são crianças e jovens internos neste local, cujas individualidades estão inseridas num arquivo denominado dossiê, ou prontuário. Através dos registros destes corpos, torna-se possível visualizar o campo de subjetivação no qual tais personagens passam a se constituir. E, do mesmo modo, torna-se visível como o sujeito vai sendo formado dentro de um plano discursivo.

Para que isso fosse possível, foram analisados vinte e sete prontuários de crianças e jovens internos no local. Buscou-se rastrear através destes documentos, o histórico de vida das primeiras crianças da Casa, que atualmente não se encontram mais institucionalizadas, e de grande parte dos atuais internos da instituição.

Os dossiês dos internos são organizados da seguinte maneira: nome da criança, data de nascimento, local onde nasceu, sexo, cor, grau de instrução e nome dos pais. Recolhidos estes dados a respeito das crianças, organiza-se, a seguir, sua história de vida e sua trajetória de abandono. A situação escolar (na qual há comentários sobre o seu comportamento na escola), a situação de saúde (onde constam todas as doenças que a criança teve após ser internada na instituição e, por fim, a situação social (que fala como a criança se comporta dentro da Casa, se cumpre com suas obrigações e, também, sobre seus relacionamentos com funcionários e demais internos). Todos estes dados são objetos de registro da instituição.

Depois de recolhidos e internados na Casa do Caminho, as crianças e os adolescentes eram submetidos a uma conversa, ou “interrogatório”, com os dirigentes da instituição com o objetivo de verificar as causas de seu abandono, que, na maioria das vezes, ocorria devido a uma considerada incapacidade das famílias de zelarem por seus filhos,

segundo os comentários feitos nos prontuários pela assistente social da Casa.

Esse é o caso, por exemplo, dos irmãos: **L.** (18 anos), **H.** (15 anos), **C.** (12 anos) e **E.** (11 anos), que foram institucionalizados na Casa do Caminho no ano de 1989. Além deles, ainda tinha mais três irmãos: **A** que foi interna em outra instituição de Londrina (Lar Anália Franco), **P.** e **AC** que foram entregues à adoção. A causa do abandono de todas estas crianças, segundo os seus prontuários, foi a falta de moradia fixa da mãe, que trabalhava como doméstica, mas que com seu salário não conseguia manter a casa.

Além da falta de condições familiares, outras eram as causas para que as crianças e jovens fossem encontrados “perambulando pelas ruas”.

D. por exemplo, possui idade calculada de 18 anos, foi encontrada na rua, sem documentos e levada à instituição em 1990 pela polícia militar. Quando interrogada sobre sua família, ela se recusa a tecer qualquer comentário sobre seus pais. Deste modo, a entidade não sabe nada a respeito da história desta interna, se ela possui irmãos, em qual cidade morava, inclusive qual o seu sobrenome e sua idade.

M.C. (18 anos) foi encaminhado em 1988 pelo juizado de menores à Casa do Caminho, juntamente com mais dois irmãos. Todos foram encontrados na rua, pois a mãe deles havia sido internada em um hospital, com problemas graves e, acabou falecendo. Eles ficaram sem o apoio do pai, uma vez que este arrumou outra companheira (que não aceitava as crianças), abandonando por este motivo, seus filhos.

O prontuário de **P.C.**(15 anos) revela que ele foi levado à instituição, junto com seu irmão **W.** em 1991, pelo juizado de menores com sinais de espancamento. Ele comentou que sua mãe era muito agressiva e, quando os filhos não faziam o que mandava, ela os agredia fisicamente. **P.C.** possui, além de **W.** mais dois irmãos que já foram internos na Casa, mas acabaram fugindo. O menino diz que sua mãe teve cada um de seus filhos com um

parceiro diferente e que ela, às vezes, assaltava supermercados, lojas e casas e se drogava com entorpecentes.

Por fim, existe o caso de **L.** (Eco) que foi encaminhado em 1991 para a Casa do Caminho pelo juizado de menores sem informação alguma a seu respeito. Ele não sabia seu nome, endereço, nem idade e também não conseguia falar nada sobre si mesmo. O seu nome **L.** foi dado a ele na própria instituição e, entre os demais internos é chamado de Eco, pois repete tudo o que os outros falam. Até hoje, nenhum familiar se apresentou na entidade, reclamando sua falta.

Através desses prontuários, pode-se verificar como vai se dando o processo de exclusão social destas crianças. Originárias de famílias paupérrimas, sem a menor infraestrutura, estas crianças se encontram, juntamente com seus pais, em um estado de extrema miserabilidade, miserabilidade esta derivada de uma política de má-distribuição de rendas.

Todavia, ao invés destas desigualdades sociais serem corrigidas, são criadas instituições promotoras de uma civilidade idealizada e que no fundo servem apenas para demonstrar a ineficiência da administração social. Sendo assim, as próprias práticas sociais criam o desvio e, depois tentam escondê-lo, enclausurá-lo em instituições específicas, visando à ordem social. E, para mascarar sua ineficácia, reportam às próprias famílias, a responsabilidade pelo insucesso de seus lares.

Sobre este processo de exclusão social, França e Salotti (s.d., p.15) fazem a seguinte análise:

“A existência de um grande contingente populacional excluído do mercado de produção, cria uma massa de indivíduos sem possibilidades de sobrevivência. Por sua condição de miserabilidade, essa população constitui-se como ameaça às normas e valores sociais. A exclusão social articula-se com a criação de práticas instituintes de uma política que tem como objetivo central, encobrir as contradições e discriminações do sistema, evitando discussões sobre as condições responsáveis pela pobreza, ou seja, a desigualdade social.”

Veiga e Faria (1999, p. 67), por sua vez, analisam o processo de desqualificação familiar que justifica a necessidade das crianças abandonadas ficarem sob a custódia do Estado.

“Um último aspecto a ressaltar relaciona-se à maneira como o Estado, em sua política de organizar a sociedade, acaba por desqualificar as famílias – em geral extremamente pobres para o trato com os filhos. Educadores, médicos, psicólogos e até policiais, não sabem melhor como preparar as crianças para o futuro, como coibi-las em suas ações no trato das novas civilidades, como refrear os incômodos causados por suas ações “perversas”. O problema reside na associação elaborada pela mentalidade burguesa, entre pobreza e imoralidade – crianças “perversas” são também filho(as) de pais e mães perversos.”

Este discurso vem legitimar o papel das instituições como espaços promotores da civilidade e de sujeitos normalizados.

O rastreamento de como as práticas desta instituição foram sendo construídas, realizado pela análise dos prontuários, possibilitou o conhecimento de que uma parte significativa das crianças internas chegou à Casa do Caminho com seis anos de idade (26%), sendo que houve alguns casos isolados de crianças que foram ali internadas logo após seu nascimento. Há também internos (11%) que chegaram a esta entidade, sem documentação alguma que pudesse fornecer pistas sobre suas idades.

Foi ainda detectado que, na maioria dos casos, estas crianças possuem pai (48%) e mãe (70%) vivos, mas estes não vivem juntos.

Muitas dessas crianças apareceram na instituição levadas pela própria mãe (41%), devido à falta de condições financeiras da mesma. É muito comum o número de casos (85%) em que uma mesma mãe possua mais de um filho interno na Casa. Por exemplo, na instituição vivem cinco integrantes da família A, seis integrantes da família M., dentre outros casos semelhantes. Normalmente, em situações como esta, muitas vezes a mãe acaba trabalhando na própria instituição, para não perder o contato com seus filhos.

Deste modo, o sujeito excluído será levado para uma instituição específica,

onde sua conduta será submetida a treinos, a uma constante vigilância, será classificada, enfim, normalizada.

Este sujeito será desconstruído e depois, novamente fabricado, com a utilização dos mecanismos disciplinares caracterizando-se pela sua utilidade e docilidade. Todos estes dispositivos se encontram inseridos em práticas educativas, práticas estas que podem ser visualizadas nos prontuários dos internos da Casa do Caminho, através dos seguintes enunciados: situação escolar e social.

Na ficha de **H.** (15 anos), interno na instituição desde 1989, vem descrita sua trajetória institucional, ou seja, está cursando a 8ª série do Ensino Fundamental, sempre teve ótimas notas e um comportamento exemplar. No ano de 1999, contudo, começa a apresentar problemas de disciplina. Em 97 e 98 treinava futebol, mas deixou de treinar, por determinação dos dirigentes da Casa, em virtude de brigas ocorridas durante os treinos.

A (18 anos), entrou na Casa do Caminho em 1988 e, atualmente, está cursando o 1º ano do Ensino Médio em um colégio estadual da cidade de Londrina, no período noturno. Ela repetiu apenas a 6ª série. Fez curso de datilografia e de informática, trabalhando, atualmente, no departamento pessoal desta entidade, onde se encontra interna há longo tempo.

M.C. (18 anos), chegou na instituição em 1988, está cursando o 1º ano do Ensino Médio em um colégio estadual, no período noturno. Repetiu a 2ª e 5ª séries do ensino fundamental. É simpático, mantendo boa amizade com os colegas e professores. Atualmente, faz curso de informática, já tendo feito cursos de auxiliar de enfermagem veterinária na UEL – Universidade Estadual de Londrina. No momento, está procurando emprego.

Já no prontuário de **S.** (9 anos) interna na entidade em 1991, com apenas três meses de vida, vem a seguinte descrição: está cursando a 2ª série do Ensino Fundamental.

Segundo sua professora, seu raciocínio é lento, está começando a ler, mas demora para realizar todas as atividades dadas pela professora, é disciplinada. Ela é tímida, tem dificuldade em fazer amizades, tem baixa auto-estima, fica retraída durante a realização de atividades.

Quanto à situação escolar destes internos, verificou-se que todos eles freqüentam a escola e uma boa parte, além disto, está fazendo, ou já concluiu algum curso profissionalizante.

Quando é mencionada a situação social, refere-se aos comportamentos dos internos no dia-a-dia, a forma como se adaptam à rotina da Casa, seus desvios, enfim, cada gesto passa a ser anotado nos prontuários dessas crianças, traçando-lhes destinos e estigmas dos quais, dificilmente conseguirão escapar. Este é o caso de **A L.** (3 anos). Esta criança deu entrada na instituição com apenas sete dias de vida e, através dos registros feitos no seu prontuário, os funcionários da Casa relatam como ela, mesmo sendo tão pequena, vai se adaptando à rotina institucional. Comenta-se que **A L.** quando não está na escola, fica no berçário e ali participa de muitas atividades recreativas. Segundo uma das funcionárias, esta criança é muito inteligente e saudável, mas não sabe ouvir “não”, tornando-se, deste modo, manhosa e agressiva.

F. (11 anos, entrou na instituição no dia em que nasceu e, em sua ficha consta a seguinte descrição a respeito de seu comportamento: é uma criança dócil, meiga e esforçada, sempre cumprindo bem suas atividades no local. Contudo, quando contrariada, se torna agressiva, pronunciando palavras consideradas inadequadas.

Apesar de muitas crianças irem se subjetivando, conforme o que é esperado pela instituição, melhor dizendo, serem dóceis e obedientes, outras há, ao mesmo tempo, que não se enquadram neste perfil e são estes desvios que devem ser corrigidos, normalizados.

Talvez seja este o caso de **L.** (18 anos); comenta-se, através de seus

registros, que ele possui dificuldade em se aproximar das pessoas, não consegue receber carinho e tem dificuldade em retribuir. É extremamente carente e, muitas vezes, a maneira de expor seus sentimentos é se fechando, ou perturbando as pessoas a quem ele quer chamar a atenção.

C. (10 anos) não demonstra seus sentimentos, é meio tímida, não tem vaidade, suja-se muito, às vezes nem toma banho. Não gosta de ajudar nas tarefas da Casa e quando decide não fazer algo, não há quem consiga fazê-la mudar de idéia. Costuma apresentar problemas de disciplina, agredindo os menores.

Através destes dados, pode ser verificado o discurso moral e higienista da instituição, quando em seus registros são ressaltadas as boas notas de seus internos, seus comportamentos exemplares. Estas são algumas das características que se espera das crianças e jovens institucionalizados, pois tais condutas positivas, ao mesmo tempo que são convenientes à instituição, demonstrando a obediência dos seus personagens assistidos quanto às normas da Casa, mostram, ainda, ao município que esta entidade cumpre com o seu papel social, fabricando corpos saudáveis, úteis e disciplinados, prontos, além disto, para servir à nação, devido a uma gama de cursos técnicos que os tornam capazes para desenvolver algumas funções. Pode-se dizer que a instituição espera tais comportamentos de seus internos e cobra isso deles, mas sempre há algumas crianças e jovens que não conseguem se adaptar ao sistema institucional, tornando-se repetentes, indisciplinados, retraídos, como foi escrito a respeito de S. Nestes casos, a Casa utiliza-se da punição para restabelecer a ordem no local, para fazer com que tudo funcione de acordo com as normas estabelecidas e ninguém infrinja suas leis. A punição, nestes casos, é feita da seguinte maneira: através da privação de algo que dê alegria ao interno. Tudo o que ele mais gosta lhe será retirado, se este não obedecer às regras institucionais.

Pode-se verificar que a utilização de punições em entidades assistenciais

provoca revolta aos que a elas são sujeitados. Ao invés de corrigir comportamentos, considerados inadequados, elas criam novas práticas de desvio, como relatam Veiga e Faria (1999, p.92) sobre as repressões praticadas em institutos de correção para menores na cidade de Belo Horizonte:

“Bastante comuns eram também as reações como a desobediência a ordens, o desrespeito aos chefes, o fumo e o roubo e a elas, os educadores foram respondendo com um número cada vez maior de punições.”

Um outro item, presente nos prontuários dos internos, diz respeito à sua situação de saúde.

No que se refere a este campo, foi constatado que na Casa do Caminho (26%) das crianças e jovens ali inseridos possuem problemas de pele, (18%) apresentam casos de infecção nas amígdalas e há, igualmente, um número expressivo de usuários de drogas neste local (18%).

Tais dados são expressos nos registros das crianças, da seguinte maneira:

T. apresentou estomatite em 1997, escarlatina com febre alta e grosseiro no corpo. Teve anemia e apresenta problemas de faringite até os dias atuais.

J.M. em 1992, teve anorexia.

M., conforme consta em seu prontuário, tem gagueira emocional. Em 91, teve infecção no sangue e amigdalite. Em 94, foi atendido pelo departamento de psicologia do Cesulon – Centro de Estudos Superiores de Londrina (durante três meses). Foi ainda **M.** usuário de drogas em 98, mas recusa-se a falar sobre o assunto.

C. em 1992 teve problemas de feridas no corpo e na cabeça, acarretando queda de cabelo. Teve, ainda, problemas nas amígdalas e crises asmáticas, fez várias sessões de inalação.

Através desses dados, pode-se perceber que, em qualquer instituição, o interesse maior é produzir corpos que além de dóceis e obedientes, sejam igualmente saudáveis e produtivos. Afinal, crianças doentes e enfraquecidas tornam-se um estorvo e são extremamente onerosas para qualquer ambiente institucional. Nos casos de doenças apresentados pelas crianças, a Casa do Caminho possui a seguinte postura: comunica aos pais para ver se eles tomam alguma atitude, seja cuidando de seus filhos, ou auxiliando com algum remédio etc.

Por fim, sobre o papel do registro descrito até agora (instrumento do exame) nos ambientes institucionais, Foucault (1987, p.158) comenta:

“A função do registro é fornecer indicações de tempo e lugar, dos hábitos das crianças, de seus progressos na piedade, no catecismo, nas letras de acordo com o tempo na Escola, seu espírito e critério que ele encontrará marcado desde sua recepção. Daí a formação de uma série de códigos da individualidade disciplinar que permitem transcrever, homogeneizando os traços individuais estabelecidos pelo exame: código físico da qualificação, código médico dos sintomas, código escolar, ou militar dos comportamentos e dos desempenhos. Esses códigos eram ainda muito rudimentares, em sua forma qualitativa, ou quantitativa, mas marcam o momento de uma primeira “formalização” do individual dentro de relações do poder.”

Enfim, pode-se concluir que por mais que os corpos das crianças e adolescentes institucionalizados sejam alvo de uma série de procedimentos, característicos da sociedade disciplinar, estas mesmas práticas, de acordo com França e Salotti (s.d.) engendram contradições, aberturas, frestas, que dão passagem a outros movimentos expressivos para além do campo instituído. Clarice Lispector tem uma frase que vem complementar o que acaba de ser comentado:

“... o melhor ainda não vos foi dito, o melhor está nas entrelinhas...”

II CONSIDERAÇÕES FINAIS

“... Investigar as representações da infância de uma maneira geral e particularmente, da infância abandonada, produzidas em outros tempos e lugares, possibilitará uma maior sensibilização e acuidade na percepção dessas representações que vivemos e produzimos hoje.”
(VEIGA; FARIA, 1999, p.24)

Para maior compreensão, é preciso esclarecer que este trabalho foi realizado em duas etapas: num primeiro momento, enquanto estágio extra-curricular do curso de graduação em Psicologia na Universidade Estadual de Londrina. Nesta primeira fase, a pesquisa foi feita através de encontros semanais com os pré-adolescentes e adolescentes da Casa do Caminho sob a forma de conversas informais. Tais encontros foram acontecendo no período dos anos de 1993 a 1995.

Conhecer o mundo de uma instituição infantil (no seu dia-a-dia), tornou-se algo tão apaixonante que a pesquisa não poderia parar por aí. Devido a esta razão, o segundo momento deste trabalho foi realizado enquanto pesquisa de Mestrado, a partir de agosto de 1998.

Tornou-se importante relembrar a fase da pesquisa feita na Casa do Caminho em 1993, pois grande parte dos dados aí compilados e posteriormente reunidos com os coletados para o trabalho de Mestrado, advém daquela época, em que o contato com os internos da instituição eram constantes.

No início da realização deste trabalho, tínhamos como objetivo fazer uma análise institucional, seguida de uma intervenção, entretanto, com o passar do tempo e, conseqüente amadurecimento das idéias, este objetivo foi sendo modificado, pois percebemos que se este era o interesse da pesquisadora não o era da instituição Casa do Caminho. Deste modo, nosso objeto de estudo foi reconfigurado frente à seguinte questão: que forças históricas possibilitaram o nascimento desta instituição e de suas formas de atendimento? As

respostas a esta problemática foram, pouco a pouco, surgindo. Contudo, para que isto se viabilizasse, houve a necessidade de se fazer, a priori, um rastreamento sobre de que forma as práticas de abandono infantil e de assistência à infância desvalida foram emergindo historicamente e quais campos de saber e de poder as engendraram.

Seguindo este prisma é que se tornou possível compreender que as instituições de atendimento à infância não obedecem a uma relação de causalidade com o abandono infantil. Ambas eclodem segundo o momento histórico no qual estão inseridas e de acordo com as necessidades políticas desse contexto. A partir daí foi possível perceber que, no início dos séculos, (em que não havia um sentimento de infância, nem de amor filial) era comum o infanticídio, ou então o ato de deixar os recém-nascidos à mercê de sua própria sorte.

É preciso apontar que ao mesmo tempo em que apareceram os cuidados com a infância, engendraram-se os sentidos que hoje lhe imputamos, assim como, a preocupação com o destino dos infantes. Tomar a infância como um acontecimento, implica, pois contextualizá-la a partir da prática que a objetivou e que se aperfeiçoou no século XIX com as práticas disciplinares.

À medida em que é preciso exercer um controle sobre a ordem pública, cria-se um novo rosto a ser gerido: a criança abandonada. Podemos então, apontar tais dispositivos das relações de poder, que ilustram como técnicas de governo das populações objetivaram a forma histórica “crianças em situação de risco social.”

Foi no sentido de rastrear estas formações históricas que nos reportamos ao nascimento do Estado Moderno. É quando o Estado se une à Medicina, criando uma política higienista, na qual, a ação dos médicos passa a intervir nas famílias e em todo o campo social, com o objetivo de erradicar as doenças e modificar costumes considerados prejudiciais à saúde das pessoas, criando, assim, corpos saudáveis, obedientes e produtivos. Verificou-se

que, para que esta política realmente vigorasse, se fez necessária a associação entre Estado, a Medicina, a Igreja, o Sistema Judiciário, os pedagogos e outros especialistas. A partir desta união, sobretudo com o sistema judiciário, é que o Estado passa a se apoderar das práticas disciplinares utilizadas nas prisões, transferindo-as para todo o seu campo social.

Necessitando o espaço público ser ordenado através do uso de práticas higienistas e moralizadoras, a circulação de errantes pelas ruas da cidade vinha a significar a perturbação desta ordem, denunciando, assim, a política de má distribuição de rendas existente em nosso país. Para gerir esses corpos errantes considerados um perigo à civilidade almejada é que surgem as instituições, cujo poder assistencial é autorizado a aparecer. Desta maneira, os sujeitos considerados como uma ameaça à estrutura social, tornam-se objetos e reféns de uma instituição específica, cujos corpos serão alvo das tecnologias disciplinares vigentes.

Assim sendo, é neste contexto que surge a Casa do Caminho como um dos desdobramentos das práticas de controle social sobre crianças e jovens que ficam perambulando pelas ruas. Esta instituição se autodenomina em seu Estatuto Social, como uma casa de passagem, ou melhor, um Albergue Infantil, no entanto, suas práticas de atendimento vão se configurando, conforme as necessidades sociais. Deste modo, por força das circunstâncias, de instituição de passagem a Casa passa a adquirir o perfil de local de internamento de crianças e jovens. Durante quase dez anos, a Casa do Caminho prestou este tipo de serviço, mas sua situação econômica começou a se agravar, quando o Estado deixou de contribuir, não enviando a verba necessária para sua manutenção. Isto fez com que a Casa diversificasse suas funções, adquirindo um novo perfil.

Sendo assim, atualmente, a Casa do Caminho, além de continuar com vinte e sete crianças e jovens, presta também atendimento à comunidade sob as formas de creche e apoio sócio-educativo em meio aberto. Tal tentativa de ruptura da instituição com suas antigas

práticas assistenciais deve ser enfatizada, pois advém de sua necessidade de sobrevivência e de se adequar às novas políticas assistenciais anunciadas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, nas quais as práticas de internação somente se destinariam aos jovens que cometessem infrações.

Apesar de todas essas tentativas de mudança, a Casa do Caminho continua, ainda, com um número expressivo de internos, considerando-se esta, em nome da caridade e do amor cristão, autorizada a exercer sobre seus assistidos um controle e vigilância constantes. A idéia de tentar possuir uma visão geral dos corpos, exercendo controle até mesmo de suas mínimas particularidades é característica do Estado Moderno. O objetivo principal desta tecnologia de poder é produzir uma visibilidade sobre os personagens institucionalizados, de modo que eles não tenham consciência de estarem sendo constantemente observados.

Em consequência, as condutas dos indivíduos após esta vigilância estrita, serão classificadas e registradas num campo documentário denominado dossiê. Através destes dossiês, pode-se ter uma visão nítida de como o corpo do sujeito passa a ser fabricado, tornando-se dócil e útil, segundo os dispositivos institucionais. Vê-se, nestes prontuários, a trajetória da exclusão social, a forma como a sociedade culpa unicamente as famílias pelo abandono de seus filhos, retirando de si toda e qualquer parcela de responsabilidade a este respeito.

Observa-se, igualmente, a rotina da instituição que insere seus internos em um arsenal de atividades, para que estes não se deixem levar pela ociosidade, o que poderá levá-los ao vício.

Enfim, pode ser verificado, através de todos estes dados reunidos, o modo como estes corpos vão sendo (re)construídos e normalizados, através de um discurso moral e higienista, para sua posterior reinserção na sociedade. Se, porém, as condutas desses corpos

não estiverem de acordo com a norma (com aquilo que é esperado destes sujeitos) deverão receber punição, para que a ela se conformem.

Com os dispositivos de prevenção, a Casa do Caminho recebe o aval da sociedade para auxiliar a sanear as ruas e a fabricar sujeitos sadios, obedientes e produtivos.

Se a Casa do Caminho, no início de seu funcionamento tinha suas atividades voltadas para o amparo da criança abandonada, nos dias de hoje, redimensiona sua vocação e passa a funcionar sob uma nova perspectiva que repousa em administrar um tratamento científico e pedagógico à população por ela assistida, voltado mais para um trabalho preventivo, que visa antecipar a possível emergência de comportamentos indesejáveis, do que ao amparo propriamente dito. Neste sentido, privilegia a formação profissional dos sujeitos e, por esta razão, tem funcionado mais como uma escola, do que uma instituição de amparo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan S.A., 1981.

ARIÈS, Philippe; CHARTIER, R. (orgs.). **História da Vida Privada: do império Romano, ao ano mil**. v.1. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

ARIÈS, Philippe; CHARTIER, R. (orgs.). **História da Vida Privada: da Europa Feudal à Renascença**. v.2. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges. (orgs.). **Historia de la vida privada: sociedad burguesa – aspectos concretos de la vida privada**. Buenos Aires: Taurus 1990.

CALLIGARIS, C. **Hello Brasil! Notas de um psicanalista europeu viajando ao Brasil**. São Paulo: Escuta, 1992.

CAMPOS, Angela Valadares D. de Souza. **O Menor Institucionalizado: um desafio para a sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1984.

CARREGARI, Júlio César: **Cartografias da “Excepcionalidade”:** Para uma (Re)invenção da Práticas de Cuidado. Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação em Psicologia (área de concentração: Psicologia e Sociedade) à Faculdade de Ciências e Letras – UNESP-campus de Assis, para obtenção do título de mestre. Assis- S.P., 2002.

COSTA, Jurandir Freire Costa. **Ordem Médica e Norma Familiar**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

CRUZ, Soráia Georgina Ferreira de Paiva: **A Produção da Subjetividade em Grupo de Crianças em Situação de Risco Pessoal e Social e Adolescentes em Conflito com a Lei**. Tese de Doutorado apresentada à Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual

Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus de Marília, para obtenção do grau de Doutor em Educação (Área de Concentração: Ensino na Educação Brasileira), Marília – S.P., 2001.

DREYFUS, H.L.; RABINOW, P. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica**. Rio de Janeiro: Forense, 1995. p.231-49.

DREYFUS,H.L.;RABINOW, P.: Michel Foucault: **Uma Trajetória Filosófica**. Rio de Janeiro: Forense, 1995.

DONZELOT, Jacques. **A Polícia das Famílias**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

FONSECA, Márcio Alves. **Michel Foucault e a constituição do sujeito**. São Paulo: Educ, 1995.

FOUCAULT, Michel. **Em Defesa da Sociedade**. Martins Fontes: São Paulo, 1999.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: história da violência nas prisões**. Petrópolis: Vozes, 1987.

FRANÇA, Sônia A. M.; SALOTTI, Maria Regina R. **Análise da Produção da Subjetividade em Sujeitos Excepcionais. A Medicina Social do Século XIX e seus Desdobramentos na Institucionalização do Deficiente Mental**. Texto mimeografado.

FRANÇA, Sônia Aparecida Moreira; SALOTTI, Maria Regina Ribeiro: **“Práticas Sociais que Engendram a Subjetividade de Sujeitos Asilados”**. Texto mimeografado, sem data.

GUATTARI, Félix. **Revolução Molecular: pulsações políticas do desejo**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

GUIRADO, Marlene. **Instituição e Relações Afetivas: o vínculo com o abandono**. São

Paulo: Summus, 1986.

KOOGAN; HOUAISS: **Enciclopédia e Dicionário Ilustrado**. Guanabara Koogan, Rio de Janeiro, 1994.

MACHADO, Roberto. **Nietzsche e a Verdade**. Rio de Janeiro: Rocco, 1984.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **História Social da Criança Abandonada**. São Paulo Hucitec, 1998.

MARICONDI, Maria Angela (coord.). **Falando de Abrigo: cinco anos de experiência do Projeto Casas de Convivência**. São Paulo: FEBEM, 1997.

MATTIOLI, Olga Ceciliato. **A Infância Através dos Tempos: do “bichinho de estimação” ao ser cidadão**.

MÉNDEZ, Emilio García. **Infância e Cidadania na América Latina**. São Paulo: Hucitec, 1998.

NOVO ESTATUTO SOCIAL DA CASA DO CAMINHO, Londrina:1992.

PELBART, Peter Pál. **Da Clausura do Fora ao Fora da Clausura: loucura e desrazão**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

PRIORE, Mary Del (org.). **História das Crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1999.

SECRETARIA DA CRIANÇA, FAMÍLIA E BEM-ESTAR SOCIAL. **Direitos da Criança e do Adolescente**. São Paulo: Imprensa Oficial, 1997

VEIGA, Cynthia Greive; FARIA, Luciano Mendes de. **Infância no Sótão**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

VIOLANTE, Maria Lúcia. **O Dilema do Decente Malandro: a questão da Identidade do menor – FEBEM**. São Paulo: Cortez, 1983.

XAVIER, Francisco Cândido: **Paulo e Estêvão: episódios históricos do cristianismo**

primitivo. Rio de Janeiro: Federação Espírita Brasileira, 1941.